



**Eletrobras**  
Eletronorte

**Demonstrações Financeiras  
Intermediárias  
1º Trimestre  
2016**



**CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. – ELETRONORTE**  
**CNPJ Nº 00.357.038/0001-16**  
**EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**INTERMEDIÁRIAS EM 31.03.2016**

- 1 – BALANÇOS PATRIMONIAIS**
- 2 – DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**
- 3 – DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
- 4 – DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**
- 5 – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**
- 6 – DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**
- 7 – NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO**

## ÍNDICE

BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS (continuação).....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES .....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	9
NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS .....	10
NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS .....	11
NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS .....	13
NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	13
NOTA 5 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....	14
NOTA 6 – CLIENTES .....	15
NOTA 7 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO .....	17
NOTA 8 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - ATIVO.....	19
NOTA 9 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS .....	21
NOTA 10 – OUTROS ATIVOS .....	23
NOTA 11 – CRÉDITOS JUNTO À CERON .....	24
NOTA 12 – REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO.....	24
NOTA 13 – INVESTIMENTOS .....	25
NOTA 14 – IMOBILIZADO .....	30
NOTA 15 – INTANGÍVEL .....	31
NOTA 16 – FORNECEDORES .....	32
NOTA 17 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS .....	33
NOTA 18 – DEBÊNTURES .....	38
NOTA 19 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO.....	38
NOTA 20 – OBRIGAÇÕES COM A CONTROLADORA .....	39
NOTA 21 – PROVISÕES .....	40
NOTA 22 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES .....	44
NOTA 23 - OUTROS PASSIVOS.....	45
NOTA 24 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	46
NOTA 25 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA .....	47
NOTA 26 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA DE GASTOS .....	48
NOTA 27 – RESULTADO FINANCEIRO .....	50
NOTA 28 - IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO .....	51
NOTA 29 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO .....	52
NOTA 30 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	53
NOTA 31 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS .....	56
NOTA 32 – EVENTOS SUBSEQUENTES.....	68

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

A T I V O	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	48.508	51.683	55.270	70.633
Títulos e valores mobiliários	5	614.458	1.064.934	614.458	1.064.934
Clientes	6	931.405	806.499	937.680	806.817
Ativo financeiro-concessão de serviço público	7	299.577	309.036	356.537	363.411
Impostos e contribuições sociais	8	188.990	171.339	196.557	179.254
Almoxarifado		108.144	108.470	108.144	108.470
Instrumentos financeiros derivativos	9	44.938	21.307	44.938	21.307
Créditos junto à Ceron	11	54.948	21.286	54.948	21.286
Repactuação do Risco Hidrológico	12	22.796	26.805	22.796	26.805
Outros ativos	10	342.682	377.072	244.502	281.906
		<b>2.656.446</b>	<b>2.958.431</b>	<b>2.635.830</b>	<b>2.944.823</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>					
Títulos e valores mobiliários	5	249	240	249	240
Clientes	6	274.146	233.345	274.146	233.345
Ativo financeiro-concessão de serviço público	7	5.085.065	5.086.364	5.813.959	5.738.859
Impostos e contribuições sociais	8	1.462.409	1.548.012	1.462.409	1.548.012
Instrumentos financeiros derivativos	9	54.517	25.004	54.517	25.004
Cauções e depósitos vinculados		490.013	473.135	497.115	480.481
Adiantamentos para futuro aumento de capital		61.649	37.079	61.649	37.079
Créditos junto à Ceron	11	1.994.320	1.963.373	1.994.320	1.963.373
Repactuação do Risco Hidrológico	12	54.178	59.103	54.178	59.103
Outros ativos	10	164.318	199.868	174.514	203.314
		<b>9.640.864</b>	<b>9.625.523</b>	<b>10.387.056</b>	<b>10.288.810</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	13	4.650.720	4.244.923	4.144.447	3.805.382
<b>IMOBILIZADO</b>	14	7.042.080	7.169.916	7.042.080	7.169.916
<b>INTANGÍVEL</b>	15	352.034	274.080	352.034	274.080
		<b>21.685.698</b>	<b>21.314.442</b>	<b>21.925.617</b>	<b>21.538.188</b>
<b>TOTAL</b>		<b>24.342.144</b>	<b>24.272.873</b>	<b>24.561.447</b>	<b>24.483.011</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS (continuação)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	16	540.487	584.532	544.338	587.433
Financiamentos e empréstimos	17	587.578	601.457	591.804	602.509
Debêntures	18	15.583	14.555	15.583	14.555
Impostos e contribuições sociais	19	254.898	339.692	259.467	343.065
Remuneração aos acionistas		10.910	10.884	10.910	10.884
Folha de pagamento e obrigações estimadas		181.431	245.395	181.431	245.395
Encargos setoriais		332.307	293.778	332.583	293.778
Instrumentos financeiros derivativos	9	188	1.748	188	1.748
Adiantamentos de clientes	22	54.682	54.832	54.682	54.832
Obrigações com a Controladora	20	93.136	36.080	93.136	36.080
Provisões operacionais	21	451.340	451.340	451.340	451.340
Obrigações pela aquisição de ativos e participação		137.872	279.229	137.872	279.229
Outros passivos	23	470.567	477.721	470.637	477.854
		<b>3.130.979</b>	<b>3.391.243</b>	<b>3.143.971</b>	<b>3.398.702</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	16	293.527	332.556	293.527	332.556
Financiamentos e empréstimos	17	4.017.482	4.190.699	4.211.279	4.386.224
Debêntures	18	209.182	205.248	209.182	205.248
Impostos e contribuições sociais	19	237.761	219.692	237.761	219.692
Obrigações estimadas		13.132	15.270	13.132	15.270
Provisões para riscos	21	816.137	1.226.462	828.651	1.233.616
Instrumentos financeiros derivativos	9	54.296	78.521	54.296	78.521
Adiantamentos de clientes	22	644.370	659.082	644.370	659.082
Benefícios pós-emprego		25.591	25.591	25.591	25.591
Obrigações com a Controladora	20	1.500.574	1.507.384	1.500.574	1.507.384
Obrigações pela aquisição de ativos e participação		61.208	59.212	61.208	59.212
Outros passivos	23	706.882	387.232	706.882	387.232
		<b>8.580.142</b>	<b>8.906.949</b>	<b>8.786.453</b>	<b>9.109.628</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>11.711.121</b>	<b>12.298.192</b>	<b>11.930.424</b>	<b>12.508.330</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	24	11.576.263	11.576.263	11.576.263	11.576.263
Reservas de lucros		394.354	394.354	394.354	394.354
Dividendos adicionais propostos		30.210	30.210	30.210	30.210
Outros resultados abrangentes		(26.146)	(26.146)	(26.146)	(26.146)
Resultado do período		656.342	-	656.342	-
		<b>12.631.023</b>	<b>11.974.681</b>	<b>12.631.023</b>	<b>11.974.681</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>24.342.144</b>	<b>24.272.873</b>	<b>24.561.447</b>	<b>24.483.011</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015	01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	25	<b>1.203.862</b>	<b>1.367.432</b>	<b>1.227.375</b>	<b>1.406.561</b>
CUSTO OPERACIONAL	26	(489.755)	(914.614)	(501.938)	(943.607)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>714.107</b>	<b>452.818</b>	<b>725.437</b>	<b>462.954</b>
DESPESA OPERACIONAL	26	(179.651)	(193.857)	(181.047)	(194.072)
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>		<b>534.456</b>	<b>258.961</b>	<b>544.390</b>	<b>268.882</b>
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	13	64.978	38.851	59.565	38.405
RESULTADO FINANCEIRO	27	113.672	(157.182)	109.151	(166.657)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>		<b>713.106</b>	<b>140.630</b>	<b>713.106</b>	<b>140.630</b>
Imposto de renda e contribuição social	28	47.762	(12.463)	47.762	(12.463)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	(104.526)	2.600	(104.526)	2.600
		<b>(56.764)</b>	<b>(9.863)</b>	<b>(56.764)</b>	<b>(9.863)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>656.342</b>	<b>130.767</b>	<b>656.342</b>	<b>130.767</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Nota	CONTROLADORA / CONSOLIDADO			
	01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015	01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015
		<b>656.342</b>	<b>130.767</b>	<b>656.342</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>				
<b>OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE</b>				
Ganhos (Perdas) atuariais	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-
	-	-	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>656.342</b>	<b>130.767</b>	<b>656.342</b>	<b>130.767</b>
Parcela atribuída aos controladores	619.846	123.496	619.846	123.496
Parcela atribuída aos não controladores	36.496	7.271	36.496	7.271
	<b>656.342</b>	<b>130.767</b>	<b>656.342</b>	<b>130.767</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros			Dividendos Adicionais	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
		Reserva Legal	Incentivo fiscal	Retenção de Lucros				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>11.563.279</b>	<b>128.340</b>	<b>204.622</b>	<b>913.554</b>	<b>456.777</b>	<b>-</b>	<b>(39.607)</b>	<b>13.226.965</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	130.767	-	130.767
<b>Saldo em 31 de março de 2015</b>	<b>11.563.279</b>	<b>128.340</b>	<b>204.622</b>	<b>913.554</b>	<b>456.777</b>	<b>130.767</b>	<b>(39.607)</b>	<b>13.357.732</b>
Reversão de reserva de lucro	20	-	-	(913.554)	913.554	-	-	-
Dividendos adicionais declarados	20	-	-	-	(1.370.331)	-	-	(1.370.331)
Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital		12.984	-	-	-	-	-	12.984
Ganhos (perdas) atuariais		-	-	-	-	-	13.461	13.461
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	(29.095)	-	(29.095)
<b>Destinação do lucro líquido:</b>								
Reserva de incentivo fiscal - IRPJ	28	-	16.029	-	-	(16.029)	-	-
Constituição de reserva legal		-	5.084	-	-	(5.084)	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	40.279	-	(40.279)	-	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	(10.070)	-	(10.070)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	30.210	(30.210)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>11.576.263</b>	<b>133.424</b>	<b>220.651</b>	<b>40.279</b>	<b>30.210</b>	<b>-</b>	<b>(26.146)</b>	<b>11.974.681</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	656.342	-	656.342
<b>Saldo em 31 de março de 2016</b>	<b>11.576.263</b>	<b>133.424</b>	<b>220.651</b>	<b>40.279</b>	<b>30.210</b>	<b>656.342</b>	<b>(26.146)</b>	<b>12.631.023</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO

	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>	
	Notas		Notas	
	01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015	01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>713.106</b>	<b>140.631</b>	<b>713.106</b>	<b>140.631</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações</b>				
Depreciação e amortização	107.670	109.430	107.670	109.430
Acréscimos moratórios em faturas de energia vendida	(42.594)	(18.677)	(42.594)	(18.677)
Variação monetária ativa	(125.076)	-	(122.297)	-
Variação monetária passiva	15.253	96.288	17.337	96.288
Encargos de dívidas	154.222	77.639	154.222	79.226
Resultado de equivalência patrimonial	(64.978)	(38.851)	(59.565)	(38.405)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24.561	9.056	24.561	9.056
Provisões operacionais	(90.260)	20.575	(90.259)	20.331
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	-	-	-	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	11.594	(1.922)	11.594	(1.922)
Ganhos (perdas) com derivativos	(78.930)	42.992	(78.930)	42.992
Ativo Financeiro - Taxa interna de retorno	(71.716)	(71.621)	(83.190)	(81.758)
Compra vantajosa na aquisição de investimento	-	-	-	-
Outros despesas (receitas) financeiras	3.637	(5.685)	3.669	2.549
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
	<b>556.489</b>	<b>359.855</b>	<b>555.324</b>	<b>359.741</b>
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais</b>				
Clientes	(137.689)	(68.830)	(143.646)	(68.830)
Outros ativos	204.921	(99.090)	198.754	(98.011)
Fornecedores	(83.074)	(251.645)	(82.124)	(269.374)
Outros passivos	(353.274)	(74.614)	(352.533)	(85.778)
	<b>(369.116)</b>	<b>(494.179)</b>	<b>(379.549)</b>	<b>(521.993)</b>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<b>187.373</b>	<b>(134.324)</b>	<b>175.775</b>	<b>(162.252)</b>
Pagamento de encargos de empréstimos e financiamentos	(78.695)	(69.921)	(78.695)	(69.921)
Pagamento de encargos de IR e CS	-	(11.171)	-	(11.171)
Recebimento de indenizações das renovação de concessões	-	78.236	-	78.236
Recebimento de receita anual permitida	81.957	77.044	87.949	77.044
Recebimento remuneração de participações societárias	-	4.212	-	4.212
Pagamento de contingências	(536)	(5)	(536)	(6)
Cauções de depósitos vinculados	(16.878)	(12.691)	(11.274)	(12.698)
	<b>(14.152)</b>	<b>65.704</b>	<b>(2.556)</b>	<b>65.696</b>
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>173.221</b>	<b>(68.620)</b>	<b>173.219</b>	<b>(96.556)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Financiamentos e empréstimos obtidos	(13.083)	20.500	(13.083)	20.500
Pagamento de financiamentos e empréstimos - principal	(180.761)	(49.923)	(180.760)	(49.923)
Pagamento de dividendos	-	-	-	-
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>(193.844)</b>	<b>(29.423)</b>	<b>(193.843)</b>	<b>(29.423)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras	450.467	247.596	450.467	247.596
Empréstimo concedido/recebido - controlada	-	-	-	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(60.660)	(17.756)	(60.660)	(17.756)
Aquisição de ativo financeiro	(8.205)	(21.975)	(20.388)	(50.967)
Participações societárias	(339.654)	(69.381)	(339.658)	(69.381)
Aquisição de outros investimentos	-	-	-	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital concedidos	(24.500)	(38.000)	(24.500)	(512)
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>17.448</b>	<b>100.484</b>	<b>5.261</b>	<b>108.980</b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(3.175)</b>	<b>2.441</b>	<b>(15.363)</b>	<b>(16.999)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>51.683</b>	<b>104.234</b>	<b>70.633</b>	<b>151.307</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>48.508</b>	<b>106.675</b>	<b>55.270</b>	<b>134.308</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015	01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015
<b>RECEITAS</b>					
Receitas de vendas de energia e serviços	25	1.360.979	1.576.104	1.385.344	1.615.233
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26	(24.561)	(9.056)	(24.561)	(9.056)
		<b>1.336.418</b>	<b>1.567.048</b>	<b>1.360.783</b>	<b>1.606.177</b>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>					
Custo de construção	26	(1.917)	(21.594)	(14.100)	(50.586)
Energia elétrica comprada para revenda	26	(44.818)	(409.215)	(44.818)	(409.215)
Encargos de uso da rede de transmissão	26	(122.240)	(132.130)	(122.240)	(132.130)
Material	26	(7.542)	(754)	(7.550)	(754)
Serviços de terceiros	26	(58.883)	(48.076)	(60.099)	(48.428)
Combustível	26	(3.717)	(7.263)	(3.717)	(7.285)
Outros		(15.767)	10.712	(15.837)	10.712
		<b>(254.884)</b>	<b>(608.320)</b>	<b>(268.361)</b>	<b>(637.686)</b>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<b>1.081.534</b>	<b>958.728</b>	<b>1.092.422</b>	<b>968.491</b>
<b>RETENÇÕES</b>					
Depreciação e amortização	26	(107.669)	(109.430)	(107.669)	(109.430)
Provisões operacionais	26	90.260	(20.575)	90.259	(20.331)
		<b>(17.409)</b>	<b>(130.005)</b>	<b>(17.410)</b>	<b>(129.761)</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>		<b>1.064.125</b>	<b>828.723</b>	<b>1.075.012</b>	<b>838.730</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>					
Resultado de participações societárias	13	64.978	38.851	59.565	38.405
Receitas financeiras	27	294.141	183.654	291.736	185.163
		<b>359.119</b>	<b>222.505</b>	<b>351.301</b>	<b>223.568</b>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b>1.423.244</b>	<b>1.051.228</b>	<b>1.426.313</b>	<b>1.062.298</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
<b>Pessoal:</b>					
Remuneração do trabalho	26	241.723	226.081	241.754	226.101
		<b>241.723</b>	<b>226.081</b>	<b>241.754</b>	<b>226.101</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições:</b>					
Deduções à receita operacional	25	157.117	208.672	157.969	208.672
Tributos	26	5.822	2.483	5.822	2.508
Taxa de fiscalização	26	2.871	4.731	2.898	4.731
Utilização de recursos hídricos	26	57.129	65.047	57.129	65.047
Encargos sobre despesa de pessoal	26	51.213	48.770	51.213	48.770
Imposto de renda e contribuição social	28	56.764	9.863	56.764	9.863
		<b>330.916</b>	<b>339.566</b>	<b>331.795</b>	<b>339.591</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros:</b>					
Despesas financeiras	27	180.469	340.836	182.585	351.820
Arrendamentos e aluguéis	26	13.794	13.978	13.837	14.019
		<b>194.263</b>	<b>354.814</b>	<b>196.422</b>	<b>365.839</b>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>					
Lucros a distribuir		656.342	130.767	656.342	130.767
		<b>656.342</b>	<b>130.767</b>	<b>656.342</b>	<b>130.767</b>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO</b>		<b>1.423.244</b>	<b>1.051.228</b>	<b>1.426.313</b>	<b>1.062.298</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014**

**NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, autorizada a funcionar pelo Decreto nº 72.548 de 30 de julho de 1973, como concessionária de serviços públicos de energia elétrica, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras. Sua sede está localizada em Brasília – DF, no SCN Quadra 06 – Conj. A – Blocos B e C, Entrada norte 2, Asa Norte, CEP: 70.716-901. A partir do exercício de 2003, com a liberação gradual dos seus contratos de suprimento à razão de 25% ao ano, conforme estabelece a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, a Companhia passou a atender todas as regiões do país.

A maior parte da receita da Companhia é proveniente do fornecimento e suprimento de energia elétrica e da disponibilidade do sistema de transmissão por ela operado. Essas operações estão suportadas por contratos de compra e venda de energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão, assim como pelas operações realizadas no curto prazo, por intermédio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Companhia atua, simultaneamente, no Sistema Interligado Nacional (SIN) e nos Sistemas Isolados. Os Sistemas Isolados estão localizados nos estados de Roraima e Amapá, enquanto os estados do Pará, Maranhão, Mato Grosso, Tocantins, Rondônia, Acre e São Paulo participam da rede básica do SIN. Cabe ressaltar que o Amapá passou a integrar o SIN no decorrer de 2015 conforme Despacho ANEEL nº 2.411.

As operações da Companhia com geração de energia elétrica contam com 04 usinas hidrelétricas, com capacidade instalada de 8.860,05 MW e 07 usinas termelétricas, com capacidade de 479,97 MW, perfazendo uma capacidade instalada de 9.340,02 MW. As concessões e autorizações detidas pela Companhia e suas investidas estão relacionadas no conjunto de demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A comercialização de energia elétrica ocorre por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais, diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia realizados pela CCEE e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre a energia gerada e a vendida, na forma dos contratos descritos, são comercializadas por intermédio do mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

A transmissão de energia em corrente alternada é administrada pela Companhia por um sistema composto de 10.080,45 Km de linhas de transmissão e 46 subestações no SIN, 695,89 Km de linhas de transmissão e 10 subestações no sistema isolado, totalizando 10.776,34 km de linhas de transmissão e 56 subestações.

A Companhia possui Contratos de Concessão da Transmissão que asseguram o direito de receber Receita Anual Permitida (RAP), aditivado conforme indicado pela Portaria nº 579, de 31 de outubro de 2012, do Ministério de Minas e Energia (MME), atendendo às exigências da Lei nº 12.783/2013.

A Companhia também administra um sistema de transmissão em corrente contínua, constituído pela estação conversora, na SE Coletora Porto Velho, e a Estação Inversora, na SE Araraquara II.

A Companhia detém participação societária em Sociedades de Propósitos Específicos de geração e de transmissão de energia elétrica (nota 13).

## NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstrações Intermediárias, e estão sendo apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas anteriormente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período. Portanto, estas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

Adicionalmente, a Companhia elaborou e está divulgando, como informação suplementar, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) intermediária referente ao período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade de sua Administração, uma vez que não são requeridas pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado.

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas estimativas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias são:

- Redução ao valor recuperável de ativos;
- Vida útil do ativo imobilizado;
- Ativo financeiro da concessão;
- Provisões para riscos;
- Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros;
- Compensação socioambiental;
- Perda para créditos de liquidação duvidosa;
- Ativos fiscais diferidos; e
- Benefícios pós-emprego.

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 11 de maio de 2016.

## 2.1. Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

### 2.1.1. Operação Lava Jato

Em 2014 foi deflagrada a chamada “Operação Lava Jato”, que investiga, segundo informações públicas, a existência de um suposto esquema de corrupção envolvendo empresas responsáveis, principalmente, por obras no setor de infraestrutura no Brasil.

Em razão das notícias divulgadas na imprensa em 2015 em conexão com tal Operação, envolvendo empresas que também prestam serviços para Eletrobras Termonuclear S.A. – Eletronuclear (“Eletronuclear”) (UTN Angra 3), controlada da Eletrobras, e para determinadas sociedades de propósito específico nas quais a Eletrobras ou suas controladas detêm participação, foram abertas 3 (três) comissões de correição na Eletrobras, a fim de verificar os processos de contratação de empreiteiras pelas referidas empresas. Considerando as limitações dos métodos de trabalho dessas Comissões, o Conselho de Administração da Eletrobras decidiu pela contratação de um escritório com a expertise necessária para conduzir uma investigação independente com o intuito de avaliar a eventual existência de irregularidades que violem o Foreign Corruption Practice Act (FCPA), a Lei anti-corrupção brasileira e/ou o código de ética da Eletrobras em determinados empreendimentos, tendo o escritório de advocacia Hogan Lovells sido contratado em 10 de junho de 2015 com essa finalidade.

Tal investigação independente é supervisionada por uma Comissão Independente para Gestão da Investigação, cuja criação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Eletrobras em 31 de julho de 2015, com a finalidade de garantir a independência dos trabalhos desenvolvidos pelo escritório Hogan Lovells. Esta Comissão é composta pela Dra. Ellen Gracie Northfleet, ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal, pelo Dr. Durval José Soledade Santos, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários, e pelo Dr. Manoel Jeremias Leite Caldas, representante dos acionistas minoritários.

Ainda sobre a Operação Lava-Jato, importa mencionar que em 29 de abril de 2015, em razão de notícias que tratavam de um suposto esquema de corrupção, o então Diretor-Presidente da Eletronuclear, Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, solicitou seu licenciamento e em 04 de agosto de 2015 renunciou ao cargo. O Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva atualmente é réu de ação penal na qual a Eletrobras participa na qualidade de assistente de acusação.

Quanto à construção da Usina de Angra 3, importa mencionar que a Eletronuclear suspendeu os contratos de montagem eletromecânica e de obra civil, tendo o consórcio ANGRAMON proposto uma ação requerendo a rescisão de seu contrato. Tal ação não teve antecipação de tutela deferida e nem tampouco sentença proferida.

Outrossim, em decorrência de notícias citando o suposto envolvimento do Diretor da Eletrobras Eletronorte, controlada da Eletrobras, o Sr. Adhemar Palocci, e do Diretor da Eletrobras, Sr. Valter Luiz Cardeal, na prática de supostos atos ilícitos em conexão com a Operação Lava-Jato, em 31 de julho de 2015 ambos solicitaram licença de seus cargos como diretores da Eletronorte e Eletrobras, respectivamente, e no dia 05 de agosto de 2015 o Sr. Valter Luiz Cardeal solicitou licença também dos Conselhos de Administração das empresas CGTEE, Amazonas GT e Eletrosul, todas controladas da Eletrobras. Os Srs. Adhemar Palocci e Valter Luiz Cardeal permanecem licenciados. Ainda em consonância com o referido processo de investigação, outros quatro funcionários estão licenciados dos seus respectivos cargos no Grupo.

Na medida em que os trabalhos de investigação conduzidos pelo escritório Hogan Lovells evoluírem e, caso conduzam a achados e produzam informações e dados suficientes para que a Companhia avalie, de acordo com a legislação do Brasil e dos Estados Unidos da América, a eventual ocorrência de impactos sobre as Informações Financeiras Intermediárias, será dado aos mesmos o tratamento legal e regulamentar pertinente.

Atualmente, como as ações relacionadas à investigação ainda estão em andamento, não foi possível identificar e refletir nestas Informações Financeiras Intermediárias eventuais impactos, se houver, relacionados a este tema.

### 2.1.2 Arquivamento Formulário 20-F

A Eletrobras está mantendo contato com a Securities and Exchange Commission – SEC e a Bolsa de Valores de Nova York (“NYSE”) e está discutindo com as referidas entidades os procedimentos que vêm sendo adotados pela mesma, inclusive os trabalhos de investigação em curso que vêm sendo desenvolvidos pelo Hogan Lovells, cuja investigação precisará estar substancialmente completa para o arquivamento dos Formulários 20-F relativos aos exercícios sociais de 2014 e 2015, bem como demonstrando as dificuldades enfrentadas diante do atual ambiente sócio-político e econômico do Brasil. O arquivamento do 20-F é um dos requisitos de governança para a manutenção da listagem da Eletrobras na referida Bolsa de Valores.

## NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que devem ser lidas em conjunto com estas demonstrações financeiras intermediárias.

Nas demonstrações financeiras intermediárias individuais da controladora as informações financeiras de controladas em conjunto e coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial e apresentam defasagem de 30 dias, exceto em situações específicas conforme descrito na nota 13.3.

### 3.1. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas, referente ao período findo em 31 de março de 2016, foram preparadas de acordo com as normas vigentes e incluem as informações financeiras da Companhia e da Linha Verde Transmissora de Energia S.A.

## NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	34.180	41.827	34.346	42.304
Aplicações financeiras de curto prazo	14.328	9.856	20.924	28.329
<b>TOTAL</b>	<b>48.508</b>	<b>51.683</b>	<b>55.270</b>	<b>70.633</b>

As aplicações de curto prazo da controlada são compostas pelos Certificados de Depósitos Bancários – CDB – DI, remunerados à taxa média de 99% a.a. do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI.

As receitas financeiras dessas aplicações estão registradas no resultado financeiro (nota 27).

## NOTA 5 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015
<b>Fundos de Investimentos</b>		
Fundos exclusivos	226.467	217.035
Outros fundos	387.991	847.899
<b>CIRCULANTE</b>	<b>614.458</b>	<b>1.064.934</b>
Outros	249	240
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>249</b>	<b>240</b>
<b>TOTAL</b>	<b>614.707</b>	<b>1.065.174</b>

As receitas financeiras dessas aplicações estão registradas no resultado financeiro (nota 27).

### 5.1. Circulante

A Companhia e suas investidas classificam os títulos e valores mobiliários como mantidos para negociação com base nas estratégias da Administração para esses ativos, que estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, acrescidos de juros e atualização monetária, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras são realizadas, principalmente, em fundos de investimentos, lastreadas em títulos do Tesouro Nacional, realizadas com o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, conforme determina a legislação específica para as sociedades de economia mista, e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito. A rentabilidade média do primeiro trimestre de 2016 foi de 4,71%, o que correspondeu a 145% do rendimento do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (94% no exercício de 2015).

A marcação a mercado é definida aqui como a diferença entre o valor de mercado e o valor na curva, ou seja, ela mostra se os valores dos títulos negociados hoje (a mercado) estão valorizados ou desvalorizados em relação às taxas pactuadas. A Marcação a Mercado somente se concretizará se os títulos forem negociados antes dos seus vencimentos.

Títulos públicos Mantidos para negociação	Indexador	CONTROLADORA / CONSOLIDADO							
		31/03/2016				31/12/2015			
		Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	% Participação	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	% Participação
<b>Banco do Brasil - Fundos Exclusivos</b>									
Extramercado Exclusivo 10 4211	12,38% a.a.	78.026	79.741	1.715	100,00	78.513	74.281	(4.232)	100,00
LTN		50.177	51.802	1.625		54.381	52.614	(1.767)	
NTNB		-	-	-		-	-	-	
NTNF		27.849	27.939	90		24.132	21.667	(2.465)	
Extramercado Exclusivo 16	13,74% a.a.	145.984	146.726	742	100,00	142.875	142.754	(121)	-
LTN		120.322	120.773	451		142.875	142.754	(121)	
NTNF		25.662	25.953	291		-	-	-	
<b>Outros Fundos</b>	12% a 16% a.a.	386.987	387.991	1.004		848.384	847.899	(485)	
<b>Total</b>		<b>610.997</b>	<b>614.458</b>	<b>3.461</b>	<b>-</b>	<b>1.069.772</b>	<b>1.064.934</b>	<b>(4.838)</b>	<b>-</b>



## NOTA 6 – CLIENTES

As contas a receber de clientes decorrem da venda de energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão a consumidores e concessionários de energia elétrica, conforme demonstrado a seguir:

### 6.1. Consumidores, concessionárias e permissionárias

		CONTROLADORA				
Nota		31/03/2016			31/12/2015	
		VENCIDOS			TOTAL	TOTAL
VINCENDOS		ATÉ 90 DIAS	HÁ MAIS DE 90 DIAS			
<b>Consumidores</b>						
	Industrial	83.226	72		83.298	101.952
		<b>83.226</b>	<b>-</b>	<b>72</b>	<b>83.298</b>	<b>101.952</b>
<b>Concessionárias e permissionárias</b>						
	Suprimento de energia	235.463	83.283	103.992	422.738	429.096
	Uso da rede elétrica	85.352	3.652	16.838	105.842	108.580
	Conexão ao sistema de transmissão	-	-	-	-	3.152
	Comercialização de energia	138.970	-	99.846	238.816	98.176
	Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)	-	-	-	-	-
<b>Renegociação - Suprimento</b>						
	Boa Vista Energia S.A.	92.446	-	-	92.446	76.220
6.3	Centrais Elétricas do Pará S.A. (Celpa)	7.350	-	-	7.350	7.350
	Companhia de Eletricidade do Amapá (Cea)	-	-	239.033	239.033	225.514
		<b>559.581</b>	<b>86.935</b>	<b>459.709</b>	<b>1.106.225</b>	<b>948.088</b>
	(-) Perda para créditos de liquidação duvidosa	-	(43)	(257.463)	(257.506)	(242.930)
	(-) Ajuste a valor presente	(612)	-	-	(612)	(611)
	<b>Total circulante</b>	<b>642.195</b>	<b>86.892</b>	<b>202.318</b>	<b>931.405</b>	<b>806.499</b>
<b>Concessionárias e permissionárias</b>						
<b>Renegociação - Suprimento</b>						
	Boa Vista Energia S.A.	268.925	-	-	268.925	226.288
6.3	Centrais Elétricas do Pará S.A. (Celpa)	5.512	-	-	5.512	7.350
		<b>274.437</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>274.437</b>	<b>233.638</b>
	(-) Perda para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-
6.2	(-) Ajuste a valor presente	(291)	-	-	(291)	(293)
	<b>Total não circulante</b>	<b>274.146</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>274.146</b>	<b>233.345</b>
	<b>Total</b>	<b>916.341</b>	<b>86.892</b>	<b>202.318</b>	<b>1.205.551</b>	<b>1.039.844</b>



		<b>CONSOLIDADO</b>				
Nota	<b>31/03/2016</b>			<b>31/12/2015</b>		
	<b>VINCENDOS</b>	<b>VENCIDOS</b>		<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>	
		<b>ATÉ 90 DIAS</b>	<b>HÁ MAIS DE 90 DIAS</b>			
<b>Consumidores</b>						
Industrial	83.226	-	72	83.298	101.952	
	<b>83.226</b>	<b>-</b>	<b>72</b>	<b>83.298</b>	<b>101.952</b>	
<b>Concessionárias e permissionárias</b>						
Suprimento de energia	235.463	83.283	103.992	422.738	429.096	
Uso da rede elétrica	85.352	8.934	17.831	112.117	108.898	
Conexão ao sistema de transmissão	138.970	-	99.846	238.816	3.152	
Comercialização de energia	-	-	-	-	98.176	
Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)	-	-	-	-	-	
<b>Renegociação - Suprimento</b>						
Boa Vista Energia S.A.	92.446	-	-	92.446	76.220	
Centrais Elétricas do Pará S.A. (Celpa)	7.350	-	-	7.350	7.350	
Companhia de Eletricidade do Amapá (Cea)	-	-	239.033	239.033	225.514	
	<b>559.581</b>	<b>92.217</b>	<b>460.702</b>	<b>1.112.500</b>	<b>948.406</b>	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(43)	(257.463)	(257.506)	(242.930)	
(-) Ajuste a valor presente	(612)	-	-	(612)	(611)	
<b>Total circulante</b>	<b>642.195</b>	<b>92.174</b>	<b>203.311</b>	<b>937.680</b>	<b>806.817</b>	
<b>Concessionárias e permissionárias</b>						
<b>Renegociação - Suprimento</b>						
Boa Vista Energia S.A.	268.925	-	-	268.925	226.288	
Centrais Elétricas do Pará S.A. (Celpa)	5.512	-	-	5.512	7.350	
	<b>274.437</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>274.437</b>	<b>233.638</b>	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-	
(-) Ajuste a valor presente	(291)	-	-	(291)	(293)	
<b>Total não circulante</b>	<b>274.146</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>274.146</b>	<b>233.345</b>	
<b>Total</b>	<b>916.341</b>	<b>92.174</b>	<b>203.311</b>	<b>1.211.826</b>	<b>1.040.162</b>	

## 6.2. Perda para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

O registro contábil é constituído com base na análise individualizada dos créditos relevantes, vencidos a partir de 30 dias, sendo provisionados aqueles onde não há certeza no seu recebimento, em função do histórico de pagamento e inadimplência.

O montante contabilizado é considerado suficiente, pela Administração, para cobertura de eventuais perdas na realização destes ativos.

<b>CONTROLADORA / CONSOLIDADO</b>	
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>34.837</b>
Constituição	229.072
Reversão/Baixa	(20.979)
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>242.930</b>
Constituição	14.576
Reversão/Baixa	-
<b>Saldo em 31/03/2016</b>	<b>257.506</b>

Foi constituída perda no montante de R\$ 225.514, em dezembro de 2015, referente à terceira parcela de renegociação realizada junto a CEA que venceu em janeiro de 2015.

A constituição da PCLD foi registrada no resultado do exercício como provisões operacionais (nota 26.2). Os valores são reconhecidos como perda quando não há expectativa de recuperação. A exposição ao risco de crédito relacionado ao saldo de clientes está divulgada na nota 33.3.

### 6.3. Renegociação

Refere-se às renegociações dos créditos junto a Boa Vista Energia S.A., no exercício de 2015, a posição dos créditos decorrente das negociações perfazem um montante de R\$ 361.371 em 31 de março de 2016, já acrescidos de juros e multas.

## NOTA 7 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Os saldos e movimentações dos ativos financeiros vinculados à concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica são os seguintes:

	CONTROLADORA							
	31/12/2015	Movimentação no exercício						31/03/2016
		Ingressos	Receita financeira (TIR)	Amortizações	Baixas	Transferências	Impairment	
<b>Transmissão</b>								
Ativo financeiro indenizável	440.301	-	-	-	-	1.148	-	441.449
Ativo financeiro indenizável (RBSE)	1.732.910	-	-	-	-	-	-	1.732.910
Ativo financeiro	3.071.421	1.917	71.716	(81.957)	-	(1.148)	-	3.061.949
Res. Normativa Aneel 642/14-UHE C. Nunes	1.867	501	-	-	-	-	-	2.368
Res. Normativa Aneel 643/14-RBNI	148.901	5.787	-	-	(8.722)	-	-	145.966
<b>Total</b>	<b>5.395.400</b>	<b>8.205</b>	<b>71.716</b>	<b>(81.957)</b>	<b>(8.722)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.384.642</b>
Circulante	309.036							299.577
Não circulante	5.086.364							5.085.065
	CONSOLIDADO							
	31/12/2015	Movimentação no exercício						31/03/2016
		Ingressos	Receita financeira (TIR)	Amortizações	Baixas	Transferências	Impairment	
<b>Transmissão</b>								
Ativo financeiro indenizável	1.817.964	-	-	-	-	1.148	-	1.819.112
Ativo financeiro indenizável (RBSE)	1.732.910	-	-	-	-	-	-	1.732.910
Ativo financeiro	2.400.628	14.100	83.190	(87.949)	-	(1.148)	61.319	2.470.140
Res. Normativa Aneel 642/14-UHE C. Nunes	1.867	501	-	-	-	-	-	2.368
Res. Normativa Aneel 643/14-RBNI	148.901	5.787	-	-	(8.722)	-	-	145.966
<b>Total</b>	<b>6.102.270</b>	<b>20.388</b>	<b>83.190</b>	<b>(87.949)</b>	<b>(8.722)</b>	<b>-</b>	<b>61.319</b>	<b>6.170.496</b>
Circulante	363.411							356.537
Não circulante	5.738.859							5.813.959

## 7.1. Bens do sistema existente em 31 de maio de 2000

A Lei nº 12.783/2013, em seu artigo 15, § 2º autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, para as concessionárias que optarem pela prorrogação das concessões de transmissão de energia elétrica alcançadas pelo § 5º, art. 17, da Lei nº 9.074, de 1995, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados, existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela ANEEL.

Conforme determina o Despacho nº 155 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de 23 de janeiro de 2013, os ativos não contemplados com indenização previstos no anexo II da Portaria Interministerial nº 580, de 1º de novembro de 2012, que se referem aos ativos não depreciados, existentes em 31 de maio de 2000, deverão ser mantidos no ativo até que esses investimentos sejam submetidos à avaliação e homologação da ANEEL, quando, a partir desse momento, será constituído um contas a receber pelo valor homologado. A Companhia protocolou no dia 15 de outubro de 2014 junto à ANEEL o pedido de indenização e o Laudo de Avaliação desses ativos, cuja avaliação total foi estimada em R\$ 3.547.111.

A Resolução Normativa nº 589, de 10 de dezembro de 2013, define os critérios para cálculo do VNR das instalações de transmissão para fins de indenização. Os valores dos ativos de transmissão abrangidos nessa situação correspondem, em 31 de março de 2016, ao montante de R\$ 1.732.910 (2015 – R\$ 1.732.910), e foram determinados pela Administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima, podendo sofrer alterações até a homologação final dos mesmos.

Em setembro de 2015, corroborado pelo comunicado ao mercado emitido pela Eletrobras em 03 de setembro de 2015, a Companhia reapresentou à ANEEL um novo laudo de avaliação, elaborado pela American Appraisal Serviços de Avaliação Ltda, passando o novo valor pleiteado para R\$ 2.926 milhões.

Após processo de fiscalização da ANEEL realizado no laudo de avaliação, para determinação do valor do investimento dos bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados calculados com base no Valor Novo de Reposição (VNR), foi despachado para a Companhia o Relatório de Fiscalização (RF – Eletronorte nº 32/2016 - SFF) indicando um novo valor de indenização a ser ainda homologado pela ANEEL após manifestação da Companhia no montante de R\$ 2.484 milhões.

## 7.2. Aquisição de ativos

### 7.2.1. Aquisição de ativos e passivos vinculados à concessão

Em 27 de novembro de 2014, foi submetido e aprovado, pelo Conselho de Administração da Companhia, o contrato de Compra e Venda de ativos e passivos originados pelo contrato de concessão nº 10/2009 de propriedade da Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

O contrato de Compra e Venda de Ativos estabeleceu condições suspensivas para a conclusão da operação. Todas as condições suspensivas foram superadas no dia 30 de junho de 2015, com a assinatura do quarto aditivo do contrato de concessão que passa à Companhia a administração da concessão.

O referido contrato de Compra e Venda de Ativos estabeleceu, ainda, o compromisso de venda, pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A., e o compromisso de compra pela Companhia, de ativos e passivos originados pelo contrato de concessão nº 10/2009 pelo valor de R\$ 327.048, corrigido monetariamente a partir de julho de 2014 até a data do seu pagamento, mediante aplicação do índice SELIC, para quitação em 03 parcelas, com vencimentos em 2015, 2016 e 2017.

Até o final do primeiro trimestre de 2016 a Companhia efetuou o pagamento no valor total de R\$ 127.968 sendo R\$ 58.000 neste trimestre, referente à dívida junto a Eletrosul. O restante da dívida monta R\$ 199.080.

À luz das normas contábeis vigentes e por entender se tratar de uma aquisição de ativos e passivos caracterizados como “aquisição de ativos e passivos”, a Administração concluiu que na data de 30 de junho de 2015, a Companhia passou a deter direitos substantivos sobre a referida concessão, sendo esta data definida como da aquisição destes ativos e passivos.

Considerando que a concretização dos termos foi finalizada na data de 30 de junho de 2015, a Companhia efetuou o recálculo do *valuation*, conforme item 3.5.1 do contrato de compra e venda. Assim, os valores justos dos ativos e passivos adquiridos vinculados à concessão, na data de aquisição e após atualização do *valuation*, foram os seguintes:

Em 30 de junho de 2015	Valor justo na data de aquisição	Valor justo após atualização
<b>Ativos adquiridos a valor justo</b>		
Ativo financeiro	608.825	608.825
Outros valores a receber	7.510	9.205
	<b>616.335</b>	<b>618.030</b>
<b>Passivos adquiridos a valor justo</b>		
Empréstimos e financiamentos	258.088	258.088
	<b>258.088</b>	<b>258.088</b>
<b>Ativos / (Passivos) líquidos adquiridos</b>	<b>358.247</b>	<b>359.942</b>
<b>Valor justo da contraprestação</b>	<b>358.247</b>	<b>359.942</b>

Em conformidade ao referido contrato de compra e venda, o *valuation*, o qual gerou o preço de negociação dos ativos líquidos, considerando que a transação ocorreu após 31 de dezembro de 2014, foi atualizado e seus reflexos foram registrados no exercício de 2015.

## NOTA 8 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - ATIVO

Os impostos e contribuições a recuperar estão demonstrados, considerando as eventuais perdas de realização e estão assim representados:

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Retenções na fonte (IR / CS)		177.778	165.072	185.305	172.826
PIS/PASEP/COFINS		7.210	3.244	7.210	3.245
ICMS		71	75	110	122
Outros		3.931	2.948	3.932	3.061
<b>Total circulante</b>		<b>188.990</b>	<b>171.339</b>	<b>196.557</b>	<b>179.254</b>
ICMS		19.226	18.372	19.226	18.372
Ativos fiscais diferidos	8.1	1.443.183	1.529.640	1.443.183	1.529.640
<b>Total não circulante</b>		<b>1.462.409</b>	<b>1.548.012</b>	<b>1.462.409</b>	<b>1.548.012</b>
<b>Total</b>		<b>1.651.399</b>	<b>1.719.351</b>	<b>1.658.966</b>	<b>1.727.266</b>

## 8.1. Tributos diferidos

Foram constituídos ativos e passivos fiscais diferidos (imposto de renda e contribuição social), conforme demonstrado a seguir:

	Nota	<u>CONTROLADORA / CONSOLIDADO</u>	
		<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Ativo fiscal diferido</b>			
Instrumentos financeiros derivativos		18.524	27.292
Efeitos atuariais		16.046	16.045
Outros ativos fiscais diferidos	8.1.1	1.408.612	1.486.303
		<b>1.443.182</b>	<b>1.529.640</b>
<b>Passivo fiscal diferido</b>			
Instrumentos financeiros derivativos		33.813	15.746
Ativo financeiro da transmissão		132.259	132.258
Efeitos atuariais		13.217	13.217
Compra vantajosa de ativos		58.471	58.471
		<b>237.760</b>	<b>219.692</b>
<b>Ativo (passivo) fiscal diferido líquido</b>		<b>1.205.422</b>	<b>1.309.948</b>

Tais efeitos contemplam a aplicação das alíquotas de 9% para contribuição social e 25% para imposto de renda. O cálculo da alíquota efetiva de impostos sobre o lucro do exercício está evidenciado na nota 28.

### 8.1.1. Outros ativos fiscais diferidos

Em 2015, com base na revisão do referido estudo, foi possível estimar a realização dos créditos tributários disponíveis para compensação futura, obtendo o resultado conforme abaixo:

Ativos fiscais diferidos	<u>CONTROLADORA / CONSOLIDADO</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízos Fiscais	394.493	432.803
Provisão p/ crédito de liq. duvidosa	160.817	160.504
Contingências	204.034	306.615
Outras provisões	136.429	52.976
Provisão de PLR	27.137	27.138
Risco GSF	112.835	112.835
<b>Total do IR diferido</b>	<b>1.035.746</b>	<b>1.092.871</b>
Bases de cálculo negativas	142.017	155.808
Provisão p/ crédito de liq. duvidosa	57.894	57.781
Contingências	73.452	110.382
Outras provisões	49.114	19.072
Provisão de PLR	9.769	9.768
Risco GSF	40.621	40.621
<b>Total do CS diferida</b>	<b>372.867</b>	<b>393.432</b>
<b>Total</b>	<b>1.408.612</b>	<b>1.486.303</b>

O reconhecimento desses ativos está fundamentado em premissas de tendências futuras, revelada em estudo técnico e cenários macroeconômicos, comerciais e tributários, que podem sofrer alterações no futuro.

A atual expectativa de resultados tributários futuros indica que a Companhia poderá se beneficiar, do ponto de vista tributário, dos prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e das diferenças temporárias existentes entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis desses elementos nas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia referendou o estudo técnico, em conformidade com normas específicas sobre o tema.

## NOTA 9 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Atualmente existem na Companhia apenas dois contratos de derivativos embutidos.

Os saldos dos instrumentos financeiros derivativos embutidos são os seguintes:

	<b>CONTROLADORA/CONSOLIDADO</b>	
	<b>31/03/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Ativo</b>		
Circulante	44.938	21.307
Não Circulante	54.517	25.004
	<b>99.455</b>	<b>46.311</b>
<b>Passivo</b>		
Circulante	188	1.748
Não Circulante	54.296	78.521
	<b>54.484</b>	<b>80.269</b>

### 9.1. Contratos de fornecimento de energia elétrica

A Companhia celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica para dois de seus principais clientes: o Consórcio de Alumínio do Maranhão – Alumar, formado pelas empresas BHP Billiton, Alcoa e a Alumínio Brasileiro S.A. – Albrás. Parte da receita desses contratos de longo prazo está associada ao pagamento de um prêmio atrelado ao preço internacional do alumínio, cotado na London Metal Exchange (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais do prêmio.

O prêmio pode ser considerado como um componente de um contrato híbrido (combinado), que inclui um contrato não derivativo que o abriga, de forma que o fluxo de caixa do instrumento combinado, em algumas circunstâncias, varia como se fosse um derivativo isolado.

Assim o prêmio é considerado um derivativo embutido, pois a sua precificação deriva do preço do alumínio que é definido neste caso como o ativo básico, também conhecido como ativo subjacente.

O cálculo do prêmio desses contratos inclui o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço máximo e mínimo da LME está limitado a US\$ 2.773,21/ton e US\$ 1.450/ton, respectivamente.

A metodologia para avaliação dos derivativos embutidos leva em consideração técnicas de avaliação que convertem valores futuros (por exemplo, fluxos de caixa ou receitas e despesas) em um valor único atual, ou seja, utilização de fluxo de caixa descontado. A mensuração do valor justo é determinada com base no valor indicado pelas expectativas de mercado atuais em relação a esses valores futuros, logo, se trata de uma abordagem de receita.

Para atribuir o valor justo da parte híbrida do contrato é necessário identificar os principais componentes que quantificam o montante faturado mensalmente. As principais variáveis do contrato são: a quantidade de energia vendida (MWh), o preço atribuído à LME e o valor do câmbio do período faturado.

Considerando que o prêmio está associado ao preço da commodity do alumínio da LME, é possível atribuir o fair value destes contratos. Em março de 2016 o valor da LME fechou cotado em US\$ 1.536,83/ton, o que representou uma variação positiva de 2,77% em relação ao valor verificado em dezembro de 2015, quando o preço da commodity alcançou US\$ 1.495,35/ton.

Em contrapartida, no mesmo período de análise, houve uma apreciação do Real em relação ao Dólar com a cotação passando de R\$ 3,90 para R\$ 3,56, ou seja, 8,86% de variação negativa sobre a precificação do derivativo embutido. No entanto, a variação positiva no preço do alumínio contribuiu mais fortemente no resultando proporcionando um aumento na expectativa do valor justo para os derivativos embutidos no período.

O ganho apurado na operação com derivativos embutidos em março de 2016 foi de R\$ 53.144 (2015 – perda de R\$ 54.519) e está apresentada na demonstração do resultado do exercício (nota 27).

## 9.2. Contratos de debêntures

A Estação Transmissora de Energia S.A., antiga investida da Companhia, que foi incorporada em 31 de março de 2014, firmou contrato de emissão de debêntures em junho de 2011, e liberação de recursos a partir de 2013, junto ao Banco da Amazônia S.A. (BASA), a qual administra os recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), com a finalidade de captação de recursos para implementação do projeto de estação retificadora e aterramento da subestação coletora.

Os detalhes do contrato de debêntures e as informações da dívida, atualizada até 31 de março de 2016, estão descritos na nota 18.

O contrato possui cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da Companhia, a critério da SUDAM, limitados a 50% das debêntures emitidas, de acordo com a avaliação da Companhia é possível atribuir um valor ao montante que seria atribuído a SUDAM em caso desta conversão, por esses motivos há a identificação de um derivativo embutido no contrato.

Para determinação do valor do derivativo foram utilizadas as seguintes métricas: cálculo do *valuation* da investida, apuração do valor da sua ação e o cálculo do valor presente do contrato.

O ganho apurado nesta operação com derivativos em março de 2016 é de R\$ 25.786 (2015 – ganho de R\$ 11.528), e é decorrente dos pagamentos do contrato principal, deduzidos dos juros reconhecidos no período o que reduz a obrigação ao longo do tempo. Além disso, a expectativa de variação para as taxas indexadoras do contrato reduziu para o período de dois anos (SELIC de 14,25% para 11,30% em 2018, e TJLP de 8,5% para 7,5% em 2018). O resultado dessa operação está registrado no resultado financeiro (nota 27).

## NOTA 10 – OUTROS ATIVOS

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>					
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		111.228	115.578	111.228	115.578
Empregados		19.485	33.296	19.485	33.296
Serviços prestados a terceiros		19.516	50.556	19.516	50.556
Despesas pagas antecipadamente		19.142	12.429	19.200	12.491
Dispêndios reembolsáveis		145.496	65.502	145.496	65.502
Financiamentos e empréstimos		101.758	98.109	3.520	2.881
Numerários Vinculados às Garantias e Convênios	10.1	13.661	22.352	13.661	22.352
Outros		71.440	136.572	71.440	136.572
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa		(159.044)	(157.322)	(159.044)	(157.322)
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>342.682</b>	<b>377.072</b>	<b>244.502</b>	<b>281.906</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>					
Despesas pagas antecipadamente		16.355	16.355	16.355	16.355
Créditos renegociados - Boa Vista Energia S.A.		-	42.858	-	42.858
Numerários Vinculados às Garantias e Convênios	10.1	164.448	156.812	164.448	156.812
Outros		6.410	6.406	16.606	9.852
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa		(22.895)	(22.563)	(22.895)	(22.563)
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>164.318</b>	<b>199.868</b>	<b>174.514</b>	<b>203.314</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>507.000</b>	<b>576.940</b>	<b>419.016</b>	<b>485.220</b>

### 10.1. Numerários Vinculados às Garantias e aos Convênios

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Numerários vinculados - Garantias e Convênios	13.661	22.352	13.661	22.352
<b>CIRCULANTE</b>	<b>13.661</b>	<b>22.352</b>	<b>13.661</b>	<b>22.352</b>
Numerários vinculados - Garantias e Convênios	17.170	17.169	17.170	17.169
Aplicações de numerários vinculados - Garantias e Convênios	147.278	139.642	147.278	139.642
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>164.448</b>	<b>156.811</b>	<b>164.448</b>	<b>156.811</b>
<b>TOTAL</b>	<b>178.109</b>	<b>179.163</b>	<b>178.109</b>	<b>179.163</b>

Os numerários vinculados às garantias e aos convênios são aqueles recursos que não podem ser utilizados imediatamente pela Companhia, pois são valores constantes em conta correntes e aplicações financeiras de garantias e convênios.

Os recursos provenientes dos convênios firmados com a Eletrobras, Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Águas e outras entidades, estão aplicados em poupança no Banco da Amazônia S.A., no Banco do Nordeste do Brasil S.A., na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil S.A.



## NOTA 11 – CRÉDITOS JUNTO À CERON

Em dezembro de 2015 foi firmado Instrumento de Reconhecimento e Parcelamento de Dívida e outras Avenças junto à CERON objetivando a regularização do débito em 120 parcelas, iguais e sucessivas, atualizadas pela taxa SELIC, tendo a primeira, vencimento em 30 de novembro de 2016, sendo a CERON a garantidora do pagamento. Neste instrumento foi considerada a atualização dos créditos conforme estabelecido na Portaria Interministerial nº 652 – MME/MEF de 10 de dezembro de 2014.

Também em dezembro de 2015 a Administração da Companhia assinou junto a Eletrobras e a CERON o Instrumento de Cessão de Créditos para Dação em pagamento de Dividendos, o qual estabelece que os créditos a receber junto à CERON serão destinados ao pagamento parcial dos dividendos devidos à Eletrobras, observado o mesmo cronograma de recebimento dos créditos da CERON.

Até o encerramento das demonstrações financeiras intermediárias o crédito a receber junto a CERON monta o valor de R\$ 2.049.268 (R\$ 54.948 – Circulante e R\$ 1.994.320 – Não Circulante).

## NOTA 12 – REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

A lei 13.203, de 08 de dezembro de 2015, instituiu a figura da repactuação do risco hidrológico que permite que as empresas constituam uma espécie de seguro contra eventuais reduções de garantias físicas a partir de 2016. A lei também permite que seja utilizado como pagamento do prêmio parte dos desembolsos realizados no exercício de 2015, relativos à redução da Garantia Física, e caso esse montante não seja absorvido dentro do período de carência para o produto escolhido, a geradora terá uma prorrogação do seu prazo de concessão.

A Companhia optou por aderir à repactuação em 12/01/2016 para dois de seus contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, um de 783 MW e duração até dezembro de 2016 e outro de 280 MW com duração até dezembro de 2019, totalizando 1.063MW o que representa cerca de 25% da Garantia Física da UHE Tucuruí para o ano de 2016. O produto escolhido foi o SP100 em que 100% do risco de GSF é transferido para o consumidor final. Como os contratos se encerrarão antes da completa compensação dos montantes gastos em 2015, a Companhia se beneficiará ainda da prorrogação da concessão da UHE Tucuruí de 50 dias, com a totalidade da sua Garantia Física.

Os valores contabilizados em 2015 em decorrência da repactuação do risco hidrológico são os seguintes:

	31/03/2016			31/12/2015	
	Total	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Extensão da Concessão (A)	<b>178.518</b>	-	178.518	-	178.518
Pagamento do Prêmio (B)	<b>128.971</b>	74.793	54.178	74.793	59.103
<b>Montante a ser ressarcido (A+B)</b>	<b>307.489</b>	74.793	232.696	74.793	237.621
Amortização do Prêmio	<b>(51.997)</b>	(51.997)	-	(47.988)	-
<b>Saldo da Repactuação</b>	<b>255.492</b>	<b>22.796</b>	<b>232.696</b>	<b>26.805</b>	<b>237.621</b>

Como os efeitos da Repactuação foram retroativos a 01º de janeiro de 2015, a Companhia procedeu a amortização das parcelas compreendidas no período de 01º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 47.988. Até março de 2016, a amortização acumulada somou o montante de R\$ 51.997.

O valor da extensão da concessão foi registrado como direito de uso futuro no grupo de intangível (nota 15), enquanto o prêmio pago pela repactuação do Risco Hidrológico foi registrado como despesa antecipada de seguro.

## NOTA 13 – INVESTIMENTOS

### 13.1. Composição dos saldos

	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>31/03/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/03/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Participações societárias</b>				
Controladas	506.272	439.541	-	-
Controladas em conjunto	3.955.655	3.627.326	3.955.655	3.627.326
Coligadas	116.225	105.488	116.225	105.488
	<b>4.578.152</b>	<b>4.172.355</b>	<b>4.071.880</b>	<b>3.732.814</b>
<b>Bens e direitos para uso futuro</b>				
Terrenos	61.970	61.970	61.970	61.970
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.146	5.146	5.146	5.146
Máquinas e equipamentos	96.479	96.479	96.479	96.479
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(91.027)	(91.027)	(91.027)	(91.027)
	<b>72.568</b>	<b>72.568</b>	<b>72.568</b>	<b>72.568</b>
<b>Total</b>	<b>4.650.720</b>	<b>4.244.923</b>	<b>4.144.448</b>	<b>3.805.382</b>

### 13.2. Movimentação das participações societárias permanentes na controladora:

	Saldo em 31/12/2015	Aquisição de participação societária	Aumento de capital via AFAC	Aumento de capital	Dividendos recebidos	Resultado de participações societárias	Transferência	Saldo em 31/03/2016
<b>Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial</b>								
<b>Participações societárias</b>								
<b>Controladas</b>								
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	439.541	-	-	-	-	66.731	-	506.272
<b>Controladas em conjunto</b>								
Amapari Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	41.321	-	-	-	-	2.711	-	44.032
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	195.529	-	-	-	-	1.604	-	197.133
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	120.873	-	-	-	-	2.212	-	123.085
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	20.081	-	-	-	-	(340)	-	19.741
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	33.270	-	-	-	-	(776)	-	32.494
Companhia Energética Sinop	89.526	-	-	-	-	(350)	-	89.176
Construtora Integração Ltda	49.461	-	-	-	-	(6.349)	-	43.112
Integração Transmissora de Energia S.A.	133.488	-	-	-	-	7.401	-	140.889
Manaus Construtora Ltda	25.802	-	-	-	-	(296)	-	25.506
Manaus Transmissora de Energia S.A.	376.923	-	-	-	-	(5.884)	-	371.039
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	887.528	-	-	-	-	(1.800)	-	885.728
Norte Energia S.A.	1.388.063	-	-	339.654	-	(4.325)	-	1.723.392
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	19.934	-	-	-	-	(474)	-	19.460
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	97.154	-	-	-	-	(4.600)	-	92.554
Transnorte Energia S.A.	148.373	-	-	-	-	(66)	-	148.307
<b>Coligadas</b>								
Energética Águas da Pedra S.A.	105.488	-	-	-	-	10.737	-	116.225
<b>Total</b>	<b>4.172.355</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>339.654</b>	<b>-</b>	<b>66.136</b>	<b>-</b>	<b>4.578.145</b>
<b>Passivo a descoberto</b>								
<b>Participações societárias</b>								
<b>Controladas em conjunto</b>								
Amapari Energia S.A.	(8.429)	-	-	-	-	(1.158)	-	(9.587)
<b>Total</b>	<b>(8.429)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.158)</b>	<b>-</b>	<b>(9.587)</b>

Conforme determinado no acordo de acionistas das investidas, os aumentos de capital são aprovados e efetuados por todos os seus investidores, na proporção de suas participações. Os saldos ora apresentados na coluna “Resultado de participações societárias” possuem reflexo em conta de resultado, com o mesmo título, na demonstração do resultado do exercício.

### 13.3. Resumo das informações financeiras das empresas investidas

#### a) Balanço patrimonial

	Informações contábeis em 29/02/2016								
	Participação (%)	Caixa e equivalente de caixa	Outros ativos circulantes	Ativo não circulante	Empréstimos e financiamentos (passivo circulante)	Outros passivos circulantes	Empréstimos e financiamentos (passivo não circulante)	Outros passivos não circulantes	Patrimônio líquido
<b>Geração</b>									
Amapari Energia S.A.	49,00	10.495	821	530	-	29.757	-	1.613	(19.524)
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24,50	32.377	4.142	219.210	7.051	42.097	106.936	17.776	81.869
Brasventos Miasaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	42.682	3.307	239.257	7.083	25.856	107.667	12.016	132.624
Companhia Energética Sinop S.A.	24,50	32.285	4.096	968.797	-	59.040	339.670	20.251	586.217
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50	78.778	42.697	782.375	34.744	65.692	331.487	12.556	459.371
Norte Energia S.A.	19,98	247.609	224.985	32.080.986	-	499.550	23.786.200	261.212	8.006.618
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	25.785	3.057	216.592	7.437	31.242	112.700	14.625	79.430
<b>Transmissão</b>									
AETE-Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	49,00	4.718	25.085	76.913	7.377	6.969	7.394	-	84.976
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	24,50	138.991	7.646	1.189.486	471.083	42.336	-	18.080	804.624
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71	1.678	27.367	285.812	-	19.213	-	55.050	240.594
Construtora Integração Ltda *	49,00	84	187.378	107	-	97.887	-	-	89.682
INTESA-Integração Transmissora de Energia S.A.	37,00	15.608	119.480	485.506	31.254	21.356	112.849	87.210	367.925
Linha Verde Transmissora de Energia S.A. **	100,00	6.762	70.860	746.191	102.464	8.766	193.796	12.515	506.272
Manaus Construtora Ltda	30,00	23	91.207	-	-	6.211	23.769	23.298	37.952
Manaus Transmissora de Energia S.A.	30,00	28.510	155.230	2.502.826	69.439	170.605	777.342	432.387	1.236.793
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	49,00	60.108	266.414	3.458.407	93.713	296.685	1.155.667	433.116	1.805.748
TME-Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49,00	15.147	48.528	300.259	12.394	16.035	131.367	25.090	179.048
TNE-Transnorte Energia S.A.	49,00	7.332	8.513	292.398	-	3.682	-	1.849	302.712

(\*) Para esta investida foram utilizadas as informações financeiras em 31 de janeiro de 2016.

(\*\*) Para esta investida foram utilizadas as informações financeiras em 31 de março de 2016.

#### b) Resultado do período

	Dados financeiros em 29/02/2016										
	Participação (%)	Receita operacional líquida	Custo de operação	Lucro bruto	Despesas operacionais	Receita financeira	Despesa financeira	Lucro antes do imposto de renda	Impostos sobre o lucro	Lucro (prejuízo) líquido	Depreciação e amortização
<b>Geração</b>											
Amapari Energia S.A.	24,50	-	(522)	(522)	(253)	225	(475)	(1.025)	-	(1.025)	-
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	49,00	3.561	(3.323)	238	(335)	640	(1.624)	(1.081)	-	(1.081)	1.693
Brasventos Miasaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	3.292	(3.878)	(586)	(307)	845	(1.682)	(1.730)	-	(1.730)	1.837
Companhia Energética Sinop S.A.	24,50	-	-	-	(1.778)	401	(16)	(1.393)	472	(921)	(56)
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50	35.248	(9.895)	25.353	(531)	1.849	(5.347)	21.324	(3.251)	18.073	(3.395)
Norte Energia S.A.	19,98	7.226	(26.728)	(19.502)	-	8.710	(276)	(11.068)	5.806	(5.262)	(797)
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	3.571	(3.350)	221	(245)	509	(1.721)	(1.236)	-	(1.236)	(1.674)
<b>Transmissão</b>											
AETE-Amazônia Eletronorte Transmissora de Energ	49,00	5.130	(487)	4.643	(447)	227	(332)	4.091	(289)	3.802	(41)
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	24,50	-	(13.941)	(13.941)	(2)	91.240	(71.063)	6.234	(17.946)	(11.712)	(91)
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71	8.200	(591)	7.609	(120)	176	(143)	7.522	(2.198)	5.324	-
Construtora Integração Ltda *	49,00	-	(117)	(117)	811	36	-	730	-	730	-
INTESA-Integração Transmissora de Energia S.A.	37,00	15.486	(2.136)	13.350	(699)	523	(2.491)	10.683	(2.312)	8.371	-
Linha Verde Transmissora de Energia S.A. **	100,00	11.303	(27)	11.276	(1.343)	576	(5.097)	5.412	-	5.412	-
Manaus Construtora Ltda	30,00	-	-	-	(1)	-	-	(1)	-	(1)	-
Manaus Transmissora de Energia S.A.	30,00	13.907	(2.838)	11.069	1.853	1.445	(12.614)	1.753	-	1.753	-
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	49,00	33.323	(6.285)	27.038	(571)	1.690	(25.011)	3.146	-	3.146	(193)
TME-Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49,00	3.295	(560)	2.735	(53)	293	(1.319)	1.656	734	2.390	-
TNE-Transnorte Energia S.A.	49,00	(21)	(119)	(140)	-	3	(7)	(144)	53	(91)	-

(\*) Para esta investida foram utilizadas as informações financeiras em 31 de janeiro de 2016.

(\*\*) Para esta investida foram utilizadas as informações financeiras em 31 de março de 2016.

#### **13.4. Incorporação da SPE Linha Verde Transmissora de Energia S.A.**

No dia 15 de setembro de 2015, a Diretoria Executiva da Companhia aprovou a criação de Grupo de Trabalho para formalizar as medidas requeridas à incorporação da referida SPE. A determinação inicial é que no prazo de 90 dias, contados a partir de 01 de outubro de 2015, sejam apresentadas as providências relacionadas à formalização da incorporação da referida SPE, com apresentação, à Diretoria Executiva, das ações para formalizar essa incorporação.

A Companhia estima que a incorporação da adquirida Linha Verde Transmissora de Energia S.A. seja realizada em 2016.

#### **13.8. Aquisições de participações societárias efetuadas em 2015**

##### **13.8.1. Aquisição de participação acionária – Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.**

A Diretoria Executiva aprovou, no dia 01º de julho de 2014, a aquisição da participação acionária da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. na Sociedade de Propósito Específico (SPE) Norte Brasil Transmissora de Energia S.A., envolvendo a aquisição pela Companhia de 24,5% de participação neste investimento.

Em 27 de novembro de 2014, foi submetido e aprovado, pelo Conselho de Administração da Companhia, o contrato de Compra e Venda das ações de propriedade da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. na SPE Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

O contrato de Compra e Venda de Ações estabeleceu condições suspensivas para a conclusão da operação. Todas as condições suspensivas foram atendidas, sendo a última no dia 21 de maio de 2015, referente à anuência da Administradora do fundo responsável pela emissão de debêntures da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A..

O referido contrato de Compra e Venda de Ações estabeleceu, ainda, o compromisso de venda, pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A., e o compromisso de compra pela Companhia, de 24,5% do capital social da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. pelo valor de R\$ 147.615, já deduzidos das antecipações efetuadas no montante de R\$ 112.098, corrigido monetariamente a partir de julho de 2014 até a data do seu pagamento, mediante aplicação do índice SELIC, para quitação em 03 parcelas, com vencimentos em 2015, 2016 e 2017.

À luz das normas contábeis vigentes, a Administração concluiu que na data de 21 de maio de 2015, a Companhia passou a deter direitos substantivos sobre a participação acionária adquirida da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

A avaliação que determinou o montante a ser pago, apresentado no laudo datado de 30 de outubro de 2014, apontou valor justo de contraprestação inferior ao valor da ação da empresa. O ganho gerado (compra vantajosa) nesta operação foi de R\$ 158.112, após a atualização do *valuation*, registrado no resultado de 2015 da Companhia.

As ações que estavam em nome da Eletrosul foram transferidas para a Companhia no dia 20 de julho de 2015.

Em conformidade ao referido contrato de compra e venda, o *valuation*, o qual gerou o preço de negociação dos ativos líquidos, foi recalculado, considerando que a transação ocorreu após 31 de dezembro de 2014, até a data base de 20 de junho de 2015, data da transferências das ações.

A Companhia está finalizando a avaliação do valor justo dos ativos e passivos líquidos referente à aquisição da participação acionária para mensuração final do ganho por compra vantajosa atribuída na aquisição.

### 13.8.2. Aquisição de participação acionária – Construtora Integração Ltda.

A Diretoria Executiva aprovou, no dia 1º de julho de 2014, a aquisição da participação acionária da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. na Sociedade de Propósito Específico (SPE) Construtora Integração Ltda., envolvendo a aquisição pela Companhia de 24,5% de participação neste investimento.

Em 27 de novembro de 2014, foi submetido e aprovado, pelo Conselho de Administração da Companhia, o contrato de Compra e Venda das ações de propriedade da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. na SPE Construtora Integração Ltda.

A concretização desta aquisição estava condicionada apenas ao fechamento da aquisição da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

O referido contrato de Compra e Venda de Ações estabeleceu, ainda, o compromisso de venda, pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A., e o compromisso de compra pela Companhia, de 24,5% do capital social da Construtora Integração Ltda. pelo valor de R\$ 11.587, corrigido monetariamente a partir de julho de 2014 até a data do seu pagamento, mediante aplicação do índice SELIC, para quitação em 03 parcelas, com vencimentos em 2015, 2016 e 2017.

À luz das normas contábeis vigentes, a Administração concluiu que na data de 21 de maio de 2015, a Companhia passou a deter direitos substantivos sobre a participação acionária adquirida da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A., e, por consequência, da Construtora Integração Ltda.

A avaliação que determinou o montante a ser pago, apresentado no laudo datado de 30 de outubro de 2014, apontou valor justo de contraprestação inferior ao valor da ação da empresa. O ganho gerado (compra vantajosa) nesta operação foi de R\$ 13.862, registrado no resultado de 2015 da Companhia.

Em conformidade ao referido contrato de compra e venda, o *valuation*, o qual gerou o preço de negociação dos ativos líquidos, foi recalculado, considerando que a transação ocorreu após 31 de dezembro de 2014, até a data base de 20 de junho de 2015, data da transferências das cotas.

## NOTA 14 – IMOBILIZADO

A movimentação dos bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia estão demonstradas abaixo:

	CONTROLADORA						
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/03/2016	% (*)
<b>Geração e comercialização</b>							
Em serviço	17.370.652	83	(1.069)		(65.853)	17.303.813	
Depreciação acumulada	(9.970.208)			(106.336)	(23.796)	(10.100.340)	2,42
Em curso	141.163	45.567				186.730	
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(166.151)	(280)				(166.431)	
Depreciação Acumulada (Obrigações Especiais)	28.011			803		28.814	
<b>Total Geração e comercialização</b>	<b>7.403.467</b>	<b>45.370</b>	<b>(1.069)</b>	<b>(105.533)</b>	<b>(89.649)</b>	<b>7.252.586</b>	
<b>Administração Central</b>							
Em serviço	246.852				49.727	296.579	
Depreciação acumulada	(148.538)			(2.673)	(37.245)	(188.456)	11,00
Em curso	266.255	14.922	(1.803)		(2.126)	277.248	
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(403)					(403)	
Depreciação Acumulada (Obrigações Especiais)	140					140	3,00
<b>Total Administração</b>	<b>364.306</b>	<b>14.922</b>	<b>(1.803)</b>	<b>(2.673)</b>	<b>10.356</b>	<b>385.108</b>	
<b>Indenização da UHE Coaracy Nunes</b>	<b>(35.492)</b>	-	-	-	-	<b>(35.492)</b>	
<b>Perda sobre indenização Coaracy Nunes</b>	<b>(77.553)</b>	-	-	-	-	<b>(77.553)</b>	
<b>Provisão para redução ao valor recuperável</b>	<b>(484.812)</b>	-	-	2.243	-	<b>(482.569)</b>	
<b>Total</b>	<b>7.169.916</b>	<b>60.292</b>	<b>(2.872)</b>	<b>(105.963)</b>	<b>(79.293)</b>	<b>7.042.080</b>	

(\*) Média anual de depreciação.

	CONSOLIDADO					
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/03/2016
<b>Geração e comercialização</b>						
Em serviço	17.370.652	83	(1.069)	-	(65.853)	17.303.813
Depreciação acumulada	(9.970.208)	-	-	(106.336)	(23.796)	(10.100.340)
Em curso	141.163	45.567	-	-	-	186.730
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(166.151)	(280)	-	-	-	(166.431)
Depreciação Acumulada (Obrigações Especiais)	28.011	-	-	803	-	28.814
<b>Total Geração e comercialização</b>	<b>7.403.467</b>	<b>45.370</b>	<b>(1.069)</b>	<b>(105.533)</b>	<b>(89.649)</b>	<b>7.252.586</b>
<b>Administração Central</b>						
Em serviço	246.852	-	-	-	49.727	296.579
Depreciação acumulada	(148.538)	-	-	(2.673)	(37.245)	(188.456)
Em curso	266.255	14.922	(1.803)	-	(2.126)	277.248
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(403)	-	-	-	-	(403)
Depreciação Acumulada (Obrigações Especiais)	140	-	-	-	-	140
<b>Total Administração</b>	<b>364.306</b>	<b>14.922</b>	<b>(1.803)</b>	<b>(2.673)</b>	<b>10.356</b>	<b>385.108</b>
<b>Indenização da UHE Coaracy Nunes</b>	<b>(35.492)</b>	-	-	-	-	<b>(35.492)</b>
<b>Perda sobre indenização Coaracy Nunes</b>	<b>(77.553)</b>	-	-	-	-	<b>(77.553)</b>
<b>Provisão para redução ao valor recuperável</b>	<b>(484.812)</b>	-	-	2.243	-	<b>(482.569)</b>
<b>Total</b>	<b>7.169.916</b>	<b>60.292</b>	<b>(2.872)</b>	<b>(105.963)</b>	<b>(79.293)</b>	<b>7.042.080</b>

A Companhia possui registrado em seu Ativo Imobilizado o valor contábil bruto de R\$ 862.724 (2015 – R\$ 705.211) referente aos ativos totalmente depreciados ainda em operação.

## NOTA 15 – INTANGÍVEL

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/03/2016
<b>Vinculados à Concessão - Geração</b>					
<b>Em serviço</b>					
Custo	178.946	184	-	79.229	258.359
Amortização	(149)	(16)	-	39	(126)
	<b>178.797</b>	<b>168</b>	<b>-</b>	<b>79.268</b>	<b>258.233</b>
<b>Vinculados à Concessão - Transmissão</b>					
<b>Em serviço</b>					
Custo	3.165	-	-	(1.983)	1.182
Amortização	(2.260)	(59)	-	1.987	(332)
	<b>905</b>	<b>(59)</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>850</b>
<b>Outros</b>					
Ágio direito de exploração	87.460	-	-	-	87.460
Amortização	(3.507)	(878)	-	-	(4.385)
	<b>83.953</b>	<b>(878)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>83.075</b>
<b>Não Vinculados à Concessão</b>					
<b>Em serviço</b>					
Custo	58.970	184	-	2.047	61.201
Amortização	(48.545)	(754)	-	(2.026)	(51.325)
	<b>10.425</b>	<b>(570)</b>	<b>-</b>	<b>21</b>	<b>9.876</b>
<b>Total</b>	<b>274.080</b>	<b>(1.339)</b>	<b>-</b>	<b>79.293</b>	<b>352.034</b>

A Companhia registrou, em 2015, um ativo intangível no montante de R\$ 178.518, referente à Repactuação do Risco Hidrológico, que corresponde à extensão do prazo de concessão de contrato de energia ACR conforme descrito na nota 12. Esse valor será amortizado de acordo com o contrato ao qual o originou e está registrado no resultado do exercício da Companhia.

Os valores referentes à aquisição e implantação e/ou direito de uso de softwares possuem taxa média anual de amortização de 20%.

As despesas correspondentes à amortização dos bens do intangível estão registradas em contrapartida a esta conta, no resultado do exercício, no grupo de “Custos e despesas operacionais” (nota 26).

A Companhia avalia, em bases anuais, eventuais mudanças no ambiente econômico e/ou financeiro que indiquem a não recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis. Não foram identificados ajustes de redução ao valor recuperável destes ativos.

### 15.1. Alocação do ágio

Em 2015, após a apuração do valor do ágio sobre a aquisição de participação societária na Linha Verde Transmissora de Energia S.A., a Companhia identificou que o valor de R\$ 87.460, é atribuível ao direito de exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica nos termos do contrato nº 021/2009 que tem duração de 30 anos a partir da data de assinatura, e será amortizado durante o prazo do contrato de concessão.

No exercício foi reconhecido o montante de R\$ 878 (2015 - R\$ 3.507), referente à amortização do ágio ora reconhecido.



## NOTA 16 – FORNECEDORES

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Encargos de uso da rede elétrica	16.1	46.658	47.445	46.658	47.445
Fornecedores de energia elétrica	16.2	247.148	232.486	247.148	232.486
Fornecedores de materiais e serviços	16.3	246.664	186.412	250.515	189.313
Fornecedores de combustíveis	16.4	17	118.189	17	118.189
<b>Total circulante</b>		<b>540.487</b>	<b>584.532</b>	<b>544.338</b>	<b>587.433</b>
Fornecedores de energia elétrica	16.2	293.527	332.556	293.527	332.556
<b>Total não circulante</b>		<b>293.527</b>	<b>332.556</b>	<b>293.527</b>	<b>332.556</b>
<b>Total</b>		<b>834.014</b>	<b>917.088</b>	<b>837.865</b>	<b>919.989</b>

### 16.1. Encargos de uso da rede elétrica

Refere-se a obrigações perante Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, em função do encargo pelo transporte da potência de energia elétrica e dos valores a ele relacionados, conforme avisos de débitos emitidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

### 16.2. Fornecedores de energia elétrica

Refere-se a obrigações decorrentes da compra de energia elétrica no âmbito da CCEE, da importação de energia elétrica da Venezuela para a revenda à Boa Vista Energia S.A, e, também, da energia comprada com compromisso de pagamento de longo prazo.

Em setembro de 2014, a Companhia realizou um leilão de compra e venda de energia no mercado de curto prazo para aquisição de 200 MW médios até dezembro de 2014. Foram registradas naquele exercício despesas no valor de R\$ 486.062, acrescido de juros, referente ao valor principal do contrato firmado junto a BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda., para pagamento a partir do exercício de 2016. Os detalhes da operação estão descritos nas demonstrações contábeis do exercício de 2015.

Em 2016 a redução observada no longo prazo se deve a transferências relativas às parcelas que serão cumpridas durante o exercício (curto prazo).

### 16.3. Fornecedores de materiais e serviços

Refere-se a obrigações perante fornecedores, relacionadas à aquisição de materiais e prestação de serviços.

### 16.4. Fornecedores de combustíveis

Refere-se a obrigações perante fornecedores, relacionadas à aquisição de combustíveis para geração de energia no sistema isolado.

A redução observada na conta de combustíveis se deve a interligação do Amapá ao Sistema Interligado Nacional – SIN, em agosto de 2015.

## NOTA 17 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos em moedas estrangeiras e moeda nacional são as seguintes:

### 17.1. Resumo da dívida de financiamentos e empréstimos

	CONTROLADORA					
	31/03/2016			31/12/2015		
	Encargos	Principal Circulante	Não circulante	Encargos	Principal Circulante	Não circulante
<b>Moeda estrangeira</b>						
Eletrobras	23.345	63.778	542.114	12.784	68.681	583.788
Instituições financeiras	-	4	-	-	4	-
<b>Total Moeda estrangeira</b>	<b>23.345</b>	<b>63.782</b>	<b>542.114</b>	<b>12.784</b>	<b>68.685</b>	<b>583.788</b>
<b>Moeda nacional</b>						
Eletrobras	-	296.647	1.957.249	-	284.644	2.036.171
Instituições financeiras	11.268	192.536	1.518.119	17.077	218.267	1.570.740
<b>Total Moeda nacional</b>	<b>11.268</b>	<b>489.183</b>	<b>3.475.368</b>	<b>17.077</b>	<b>502.911</b>	<b>3.606.911</b>
<b>Total</b>	<b>34.613</b>	<b>552.965</b>	<b>4.017.482</b>	<b>29.861</b>	<b>571.596</b>	<b>4.190.699</b>

	CONSOLIDADO					
	31/03/2016			31/12/2015		
	Encargos	Principal Circulante	Não circulante	Encargos	Principal Circulante	Não circulante
<b>Moeda estrangeira</b>						
Eletrobras	23.345	63.778	542.114	12.784	68.681	583.788
Instituições financeiras	-	4	-	-	4	-
<b>Total Moeda estrangeira</b>	<b>23.345</b>	<b>63.782</b>	<b>542.114</b>	<b>12.784</b>	<b>68.685</b>	<b>583.788</b>
<b>Moeda nacional</b>						
Eletrobras	-	296.647	1.957.249	-	284.644	2.036.171
Instituições financeiras	11.268	196.762	1.711.916	17.077	219.319	1.766.265
<b>Total Moeda nacional</b>	<b>11.268</b>	<b>493.409</b>	<b>3.669.165</b>	<b>17.077</b>	<b>503.963</b>	<b>3.802.436</b>
<b>Total</b>	<b>34.613</b>	<b>557.191</b>	<b>4.211.279</b>	<b>29.861</b>	<b>572.648</b>	<b>4.386.224</b>

Sobre os financiamentos e empréstimos incidem atualização monetária, encargos e taxas de 3,5% a 11,65% a.a., para o mercado interno; e variação cambial, encargos, imposto de renda e taxas de 2,48% a 8% a.a., para o mercado externo.

## 17.2. Vencimento das parcelas do passivo não circulante

ANO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
2017	465.998	571.596	465.998	584.419
2018	413.497	471.450	423.147	484.667
2019	388.306	416.035	401.523	429.647
2020	401.482	390.613	415.094	405.325
2021	397.040	403.555	411.058	418.685
2022	375.202	1.937.450	389.639	2.063.481
Após 2022	1.575.957	-	1.704.820	-
<b>Total</b>	<b>4.017.482</b>	<b>4.190.699</b>	<b>4.211.279</b>	<b>4.386.224</b>

## 17.3. Movimentações dos financiamentos e empréstimos

	CONTROLADORA							
	MOEDA NACIONAL				MOEDA ESTRANGEIRA			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal
Saldo em 31/12/2014	5.332	449.285	454.617	3.367.505	9.113	60.874	69.987	444.741
Aquisição PVTE	-	19.478	19.478	236.056	-	-	-	-
Captação/Devolução	-	529	529	522.668	-	-	-	-
Provisão de encargos	286.510	-	286.510	-	47.876	-	47.876	-
Varição monetária e cambial	-	10.255	10.255	159.472	7.617	24.075	31.692	201.912
Transferências	-	678.790	678.790	(678.790)	-	62.865	62.865	(62.865)
Amortizações / pagamentos	(274.765)	(655.426)	(930.191)	-	(51.822)	(79.129)	(130.951)	-
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>17.077</b>	<b>502.911</b>	<b>519.988</b>	<b>3.606.911</b>	<b>12.784</b>	<b>68.685</b>	<b>81.469</b>	<b>583.788</b>
Captação/Devolução	-	(236)	(236)	(12.847)	-	-	-	-
Provisão de encargos	77.422	-	77.422	-	12.485	-	12.485	-
Varição monetária e cambial	(4.536)	8.262	3.726	40.311	(1.924)	(4.903)	(6.827)	(41.674)
Transferências	-	159.007	159.007	(159.007)	-	-	-	-
Amortizações / pagamentos	(78.695)	(180.761)	(259.456)	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/03/2016</b>	<b>11.268</b>	<b>489.183</b>	<b>500.451</b>	<b>3.475.368</b>	<b>23.345</b>	<b>63.782</b>	<b>87.127</b>	<b>542.114</b>
	CONSOLIDADO							
	MOEDA NACIONAL				MOEDA ESTRANGEIRA			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal
Saldo em 31/12/2014	5.332	449.285	454.617	3.558.391	9.113	60.874	69.987	444.741
Ingressos	-	20.007	20.007	758.724	-	-	-	-
Provisão de encargos	286.510	1.052	287.562	4.639	47.876	-	47.876	-
Varição monetária e cambial	-	10.255	10.255	159.472	7.617	24.075	31.692	201.912
Transferências	-	678.790	678.790	(678.790)	-	62.865	62.865	(62.865)
Amortizações / pagamentos	(274.765)	(655.426)	(930.191)	-	(51.822)	(79.129)	(130.951)	-
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>17.077</b>	<b>503.963</b>	<b>521.040</b>	<b>3.802.436</b>	<b>12.784</b>	<b>68.685</b>	<b>81.469</b>	<b>583.788</b>
Captação	-	(236)	(236)	(12.847)	-	-	-	-
Provisão de encargos	77.422	-	77.422	1.445	12.485	-	12.485	-
Varição monetária e cambial	(4.536)	8.262	3.726	40.311	(1.924)	(4.903)	(6.827)	(41.674)
Transferências	-	162.180	162.180	(162.180)	-	-	-	-
Amortizações / pagamentos	(78.695)	(180.760)	(259.455)	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/03/2016</b>	<b>11.268</b>	<b>493.409</b>	<b>504.677</b>	<b>3.669.165</b>	<b>23.345</b>	<b>63.782</b>	<b>87.127</b>	<b>542.114</b>

Os encargos de dívida e as variações monetárias sobre os financiamentos e empréstimos estão reconhecidos no resultado financeiro (nota 27).

#### 17.4. Composição do saldo da dívida, por indexador e moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
<b>Indexador</b>				
TJLP	1.077.628	1.228.691	1.077.628	1.228.691
IPCA	1.892.243	1.856.353	1.892.243	1.856.353
SELIC	72.874	72.874	72.874	72.874
Outros	933.075	968.980	1.131.097	1.164.505
<b>Moeda</b>				
US\$	456.637	490.367	456.637	490.367
Euro	4	5	4	5
Yen	172.599	174.886	172.599	174.886
<b>Total</b>	<b>4.605.060</b>	<b>4.792.156</b>	<b>4.803.082</b>	<b>4.987.681</b>
Principal	4.570.446	4.762.294	4.768.469	4.957.819
Encargos	34.614	29.862	34.614	30.914
<b>Total</b>	<b>4.605.060</b>	<b>4.792.156</b>	<b>4.803.083</b>	<b>4.988.733</b>

A exposição da Companhia ao risco de liquidez e juros está divulgada na nota 33.3.

#### 17.5. Mútuo entre Eletronorte e State Grid Brazil Holding

A Companhia celebrou, em 16 de dezembro de 2014, instrumento particular de mútuo com a empresa State Grid Brazil Holding, cujo objeto é a concessão de recursos à Eletronorte na importância total de até R\$ 294.700, a ser realizada em parcelas, mediante solicitações, no período compreendido pela implantação do empreendimento da Linha de Transmissão em corrente contínua de +- 800 kV, Xingu-Estreito, estação conversora CA/CC, +- 800 kV, 4000 MW, junto à SE 500 kV Xingu, estação conversora CA/CC, +- 800 kV, 3850 MW, junto à SE 500 kV Estreito, que está sendo realizada por meio da Sociedade Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A., constituída para tal, cujos sócios são: State Grid (51%), Furnas (24,5%) e Eletronorte (24,5%). Até 31 de março de 2016, a State Grid havia aportado recursos na Companhia no montante de R\$ 142.782 (2015 - R\$ 135.828).

## 17.6. Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Companhia possui contratos de Financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras instituições, com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a condições operacionais, acompanhadas pela área competente, conforme segue:

Instituição financeira	Nº do contrato	Saldo devedor	Referência
Banco do Brasil	40/00777-4	3.715	(1)
Banco do Brasil	40/00915-7	6.569	(1)
BASA	S/N	21.020	(2)
BASA-ETE	Cédula de Crédito	224.947	(3)
BNDES	03.2.7823.1	51.441	(4)
BNDES	09.2.1355.1	22.773	(5)
BNDES	10.2.0267.1	8.543	(5)
BNDES	13.2.0676.1	7.099	(6)
BNDES	13.2.0673.1	23.257	(6)
BNDES	13.2.0672.1	26.584	(6)
BNDES	13.2.1171.1	348.752	(6)
BNDES-ETE	11.2.0281.1	411.166	(7)
BNDES-RBTE	11.2.1318.1	116.537	(8)
BNDES-PVTE	10.2.2072.1-214.8	246.662	(9)
STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.	001	142.782	(10)
<b>TOTAL</b>		<b>1.661.847</b>	

Referência	Descrição das Cláusulas Restritivas
(1)	A ausência de pagamento no prazo, requer a antecipação do valor total do empréstimo. Antecipação do valor total do empréstimo se sofrer ação judicial ou procedimento fiscal colocando em risco as garantias.
(2)	Antecipação do valor total do empréstimo se sofrer ação judicial, falência ou não cumprimento de cláusulas contratuais.
(3)	Além dos casos previstos em Lei (art. 333 do Código Civil Brasileiro), o Banco poderá declarar esta Cédula vencida antecipadamente, independentemente de qualquer aviso judicial ou extrajudicial, se: A) Descumprir a legislação que rege a Cédula de Crédito Bancário; B) Tiver títulos de sua responsabilidade protestados por quaisquer dos motivos legais; C) Der causa ao encerramento de sua(s) conta(s) de depósitos em qualquer estabelecimento bancário, por força de instruções do Conselho Monetário Nacional e ou do Banco Central do Brasil.
(4)	Não ceder nem vincular em favor de outro credor, sem prévia anuência do BNDES, a receita cedida ou vinculada nos termos da cláusula Quinta. Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social, de dispositivo que importe em: A) Restrições a sua capacidade de crescimento; B) Restrições de acesso a novos mercados; C) Restrições ou prejuízo a capacidade de pagamento de obrigações financeiras.
(5)	Não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio financeiro da empresa. Poderá declarar vencida antecipadamente, com exigibilidade da dívida, se forem comprovadas pelo BNDES: A) Redução do quadro de pessoal sem atendimento ao disposto em cláusulas contratuais; B) Extinção ou revogação da concessão da Hidreletrica de Tucuruí; C) Aplicação dos recursos em atividades diversas das previstas no contrato.
	Sem prévia autorização não conceder preferencia a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debentures e partes beneficiárias.
	Não ceder nem vincular em favor de outro credor, sem prévia anuência do BNDES, a receita cedida ou vinculada nos termos da cláusula Quinta.
	Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social, de dispositivo que importe em: A) Restrições a sua capacidade de crescimento; B) Restrições de acesso a novos mercados; C) Restrições ou prejuízo a capacidade de pagamento de obrigações financeiras.
	Não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio financeiro da empresa. Poderá declarar vencida antecipadamente, com exigibilidade da dívida, se forem comprovadas pelo BNDES: A) Redução do quadro de pessoal sem atendimento ao disposto em cláusulas contratuais; B) Extinção ou revogação da concessão da Hidreletrica de Tucuruí; C) Aplicação dos recursos em atividades diversas das previstas no contrato.

Referência	Descrição das Cláusulas Restritivas
	Este contrato vencerá antecipadamente com exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, na hipótese de aplicação dos recursos concedidos por este contrato em finalidade diversa da sua cláusula primeira.
(6)	Este contrato vencerá antecipadamente com exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso na data de diplomação como Deputado Federal ou Senador, de pessoa que exerça função remunerada na empresa ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores. Poderá declarar vencida antecipadamente, com exigibilidade da dívida, se forem comprovadas pelo BNDES: A) Redução do quadro de pessoal sem atendimento ao disposto em cláusulas contratuais; B) Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo a sua capacidade de pagamento; C) a constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia ao BNDES.
(7)	Este contrato vencerá antecipadamente com exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso na data de diplomação como Deputado Federal ou Senador, de pessoa que exerça função remunerada na empresa ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores. Poderá declarar vencida antecipadamente, com exigibilidade da dívida, se forem comprovadas pelo BNDES: A) Redução do quadro de pessoal sem atendimento ao disposto em cláusulas contratuais; B) Existência de sentença transitada em julgado sobre trabalho infantil, trabalho escravo e crime ambiental; C) Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo a sua capacidade de pagamento; D) A falsidade da declaração firmada em 19 de janeiro de 2012, negando a existência de gravames sobre os direitos creditórios oferecidos ao BNDES; E) A constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia ao BNDES; F) A extinção do contrato de concessão.
(8)	Este contrato vencerá antecipadamente com exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso na data de diplomação como Deputado Federal ou Senador, de pessoa que exerça função remunerada na empresa ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores. Poderá declarar vencida antecipadamente, com exigibilidade da dívida, se forem comprovadas pelo BNDES: A) Redução do quadro de pessoal sem atendimento ao disposto em cláusulas contratuais; B) Existência de sentença transitada em julgado sobre trabalho infantil, trabalho escravo e crime ambiental; C) Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo a sua capacidade de pagamento; D) A falsidade da declaração firmada em 19 de janeiro de 2012, negando a existência de gravames sobre os direitos creditórios oferecidos ao BNDES. E) A constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre os direitos dado em garantia ao BNDES oferecidos ao BNDES; F) Descumprimento de qualquer obrigação no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras avenças; G) A extinção do contrato de concessão.
(9)	Caso a Eletronorte venda ou transfira sua participação acionária, no todo ou parte, na Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A., deverá apresentar previamente nova garantia em termos e condições aceitáveis pela State Grid, sob pena de vencimento antecipado sendo que o empréstimo deverá ser integralmente quitado.
(10)	Este contrato vencerá antecipadamente com exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso na data de diplomação como Deputado Federal ou Senador, de pessoa que exerça função remunerada na empresa ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores. Poderá declarar vencida antecipadamente, com exigibilidade da dívida, se forem comprovadas pelo BNDES: A) Redução do quadro de pessoal sem atendimento ao disposto em cláusulas contratuais; B) Existência de sentença transitada em julgado sobre trabalho infantil, trabalho escravo e crime ambiental; C) Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo a sua capacidade de pagamento; D) a constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre os direitos dado em garantia ao BNDES; E) Descumprimento de qualquer obrigação no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras avenças.

## NOTA 18 – DEBÊNTURES

Em 20 de janeiro de 2012, a SPE Estação Transmissora de Energia S.A., investida da Companhia já incorporada, em Assembleia de acionistas aprovou a emissão de Debêntures, para subscrição particular, de 221.789.000 (duzentos e vinte e um milhões, setecentos e oitenta e nove mil) debêntures de primeira emissão da SPE, com garantia real e fidejussória por fiança, em quatro séries, todas elas conversíveis em ações da SPE, com ou sem direito a voto, nos termos da Escritura Pública da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis.

### 18.1. Resumo da dívida das debêntures

CONTROLADORA / CONSOLIDADO								
			31/03/2016			31/12/2015		
Financeira	Atualização	Vencimento	Principal	(-) Custos	Montante da dívida	Principal	(-) Custos	Montante da dívida
BASA/FDA	TJLP + 1,65% a.a	10/07/2031	226.911	(2.146)	224.765	221.949	(2.146)	219.803
<b>Circulante</b>					<b>15.583</b>	<b>14.555</b>		
<b>Não circulante</b>					<b>209.182</b>	<b>205.248</b>		

### 18.2. Movimentação das debêntures

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	Circulante	Não Circulante
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>14.555</b>	<b>205.248</b>
Provisão de encargos	4.962	-
Transferências	(3.934)	3.934
Amortizações / pagamentos	-	-
<b>Saldo em 31/03/2016</b>	<b>15.583</b>	<b>209.182</b>

## NOTA 19 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Impostos retidos na fonte	17.098	23.668	17.098	26.560
PIS/PASEP/COFINS	63.482	67.815	67.155	67.939
ICMS	2.300	1.476	2.878	1.476
Contribuições previdenciárias	60.285	3.237	60.434	3.375
IRPJ / CSLL	102.314	239.289	102.314	239.289
ISS	(30)	4.092	139	4.232
Outros	9.449	115	9.449	194
<b>Total circulante</b>	<b>254.898</b>	<b>339.692</b>	<b>259.467</b>	<b>343.065</b>
Passivo fiscal diferido	237.761	219.692	237.761	219.692
<b>Total não circulante</b>	<b>237.761</b>	<b>219.692</b>	<b>237.761</b>	<b>219.692</b>
<b>Total</b>	<b>492.659</b>	<b>559.384</b>	<b>497.228</b>	<b>562.757</b>

## NOTA 20 – OBRIGAÇÕES COM A CONTROLADORA

### 21.1. Obrigações com a controladora

Em 29 de abril de 2015, em reunião da Assembleia Geral Ordinária (AGO), os acionistas rejeitaram a proposta de destinação do resultado do exercício social de 2014, no que se refere à retenção de parcela do lucro, no montante de R\$ 913.554, e votaram pela distribuição, na forma de dividendos, de 100% do lucro ajustado nos termos da Lei 6.404/76, no montante de R\$ 1.827.108. Os reflexos contábeis dessa decisão foram registrados na data da reunião.

Assim, o pagamento dos dividendos foi estruturado da seguinte forma (valores referenciados a 31 de maio de 2015):

- a) 25% em dinheiro, no montante de R\$ 478.816 em 31 de outubro de 2015;
- b) 75% em créditos, em 30 de dezembro de 2015, sendo:
  - R\$ 253.851 da Eletrobras Distribuição Roraima S.A.; e
  - R\$ 1.182.597 da Ceron - Termonorte II.

Os acionistas em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 26 de junho de 2015, deliberaram que os dividendos relativos ao exercício social de 2014, no valor atualizado de R\$ 1.915.264, a preço de 31 de maio de 2015, seriam pagos até 31 de outubro de 2015, sendo 25% em dinheiro e 75% com a transferência à Eletrobras de créditos da Eletronorte, corrigidos pela taxa selic até a data do pagamento.

Durante o exercício de 2015 houve o pagamento do montante referente à parcela de 25% no valor atualizado de R\$ 511.853. Conforme outra deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de outubro de 2015, o saldo restante seria pago à Eletrobras na forma de cessão de créditos, e poderiam constituídos bilateralmente até 31 de dezembro de 2015, mantidas as demais condições da AGE de 26 de junho de 2015.

As referidas cessões de créditos, dadas em pagamento, foram efetuadas mediante assinatura dos dois Termos de Cessão de Direitos, com a anuência dos respectivos devedores, contendo, dentre as diversas condições inerentes ao assunto, à previsão da responsabilidade da Eletronorte pelo pagamento em caso da inadimplência dos devedores.

Até a liquidação total dos créditos cedidos, a Companhia ficará coobrigada sobre as contraprestações dos valores a Eletrobras em espécie ou em outros créditos.

Os respectivos saldos serão atualizados até a data do pagamento conforme deliberação da assembleia.

Em março de 2016, o saldo atualizado devido é de R\$ 1.593.710 (R\$ 93.136 circulante e R\$ 1.500.574 não circulante).

### 21.2. Remuneração aos acionistas

Em 29 de abril de 2016, em reunião da Assembleia Geral Ordinária (AGO), os acionistas rejeitaram a proposta de destinação do resultado do exercício social de 2015, no que se refere à retenção de parcela do lucro, no montante de R\$ 30.209, e votaram pela distribuição, na forma de dividendos, de 100% do lucro ajustado nos termos da Lei 6.404/76, no montante de R\$ 40.279.



## NOTA 21 – PROVISÕES

### 21.1. Provisão operacional

O MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) é um sistema criado para compartilhamento de riscos hidrológicos. O MRE realoca energia entre todas as usinas hidrelétricas sujeitas ao modelo de despacho centralizado, transferindo o excedente das usinas que geraram além de suas garantias físicas para as que geraram abaixo.

Toda usina possui uma potência instalada. A garantia física corresponde à máxima energia que pode ser fornecida segundo um dado critério de segurança, ou seja, levando em consideração questões de manutenção de ativos e alternância de afluência. A garantia física é importante, dentro do MRE, para o rateio da comercialização de energia via contratos entre todos os empreendimentos de geração do sistema.

Para verificar a quantidade de energia produzida em relação à garantia física das usinas pertencentes ao MRE, foi criado o Fator de Ajuste da Garantia Física, ou *Generation Scaling Factor* – GSF. Ele mede a geração hidráulica em relação à garantia física, cujo cálculo é feito mensalmente pela CCEE.

Durante os anos de 2014 e 2015, o país enfrentou uma crise hidrológica que afetou a produção de energia elétrica. Em consequência disso a CCEE reduziu o nível da Garantia Física das Usinas, o que as levou a incorrer em perdas financeiras pela exposição da parcela reduzida de energia em relação aos seus contratos de fornecimento, os quais ainda tinham que cumprir. Diante deste cenário algumas empresas ingressaram com ações judiciais solicitando, entre outros aspectos, a não redução de sua garantia física, este fato gerou uma grande instabilidade no sistema devido a CCEE ter rateado as diferenças advindas dos efeitos das liminares para os demais agentes participantes da câmara. Dado este cenário grande parte das empresas afetadas, nas quais a Companhia se enquadra, ajuizaram outras ações questionando o rateio imputado unilateralmente pela CCEE que se somava a quantia de R\$ 451.340.

Subsequentemente a Companhia obteve uma liminar garantindo a sua proteção bem como o ressarcimento dos valores descontados.

Como a Companhia aderiu à Repactuação do Risco Hidrológico, a liminar que sustentava sua proteção perdeu os efeitos suspensivos, imputando um risco provável de futura cobrança, por parte da Câmara de Comercialização, dos valores ora reembolsados (R\$ 451.340), sendo assim, o mesmo valor foi provisionado mediante apuração das faturas cobradas no período.

### 21.2. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, que incluem processos de natureza tributária, cível e trabalhista.

#### 21.2.1. Provisões relativas a processos - perda provável

Os saldos e a movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas classificadas como perda provável são apresentados abaixo.

As contrapartidas das provisões e reversões estão registradas no grupo de despesas (nota 26.2).

**CONTROLADORA**

	31/12/2015	Provisões	Reversões	Pagamentos/ Baixas	Transferência	31/03/2016
Trabalhistas	128.333	10.568	(32.769)	(531)	-	105.601
Tributárias	324.201	12.571	(3.025)	-	(319.529)	14.218
Cíveis	396.671	17.647	(20.052)	(5)	-	394.261
Outras	377.257	102	(75.302)	-	-	302.057
<b>Total</b>	<b>1.226.462</b>	<b>40.888</b>	<b>(131.148)</b>	<b>(536)</b>	<b>(319.529)</b>	<b>816.137</b>

**CONSOLIDADO**

	31/12/2015	Provisões	Reversões	Pagamentos/ Baixas	Transferência	31/03/2016
Trabalhistas	128.333	16.543	(32.769)	(531)	-	111.576
Tributárias	325.238	12.571	(3.025)	-	(319.529)	15.255
Cíveis	402.788	17.032	(20.052)	(5)	-	399.763
Outras	377.257	102	(75.302)	-	-	302.057
<b>Total</b>	<b>1.233.616</b>	<b>46.248</b>	<b>(131.148)</b>	<b>(536)</b>	<b>(319.529)</b>	<b>828.651</b>

**21.2.1.1. Tributárias**

Por se tratar de uma obrigação legal nos termos da Instrução Normativa CVM nº 489/2005, onde obrigação legal é definida por aquela que deriva de um contrato (por meio de termos implícitos e explícitos), de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, a Administração decidiu pela transferência da provisão relativa à “Taxa Pará” para outros passivos (nota 23).

A referida taxa é referente aos Autos de Infração e Notificação fiscal: referente à Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos – TFRH, regulamentada pelo Decreto nº 1.227/2015, destinada a custear a fiscalização e aproveitamento de recursos hídricos em território paraense.

Envolve várias provisões que individualmente são de menor relevância, e basicamente são decorrentes de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e tributos federais junto à Receita Federal do Brasil, totalizando uma provisão de R\$ 14.218 (2015 - R\$ 4.672).

**21.2.1.2. Cíveis**

Os principais processos judiciais cíveis classificados como perda provável são de caráter indenizatório, de natureza financeira e por reclamationárias impetradas por proprietários de áreas inundadas pelos reservatórios de usinas hidrelétricas. Apresentamos abaixo os processos de maior relevância:

Ação de desapropriação – UHE Balbina:

Desapropriações ajuizadas pela Companhia com a finalidade de indenizar os proprietários das áreas atingidas pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM). Em sua maioria, os processos estão em fase de cumprimento de sentença. Há discussão acerca da legitimidade dos títulos apresentados pelos expropriados, tendo, inclusive, o Ministério Público Federal ajuizado Ação Civil Pública contestando esses títulos. A provisão constituída desta causa em 31 de março de 2016 é de R\$ 300.327 (2015 - R\$ 375.449).

A reversão de R\$ 75.122 é referente ao encerramento de um dos processos referente ao tema. A sentença extinguiu o processo pela anulação da legitimidade da apelação.

Ação indenizatória – Sul America Companhia Nacional de Seguros:

Trata-se do ressarcimento de valores a Sul America Companhia Nacional de Seguros devido ao pagamento feito a Albrás Alumínio Brasileiro S.A. pelo sinistro sofrido decorrente da interrupção do fornecimento de energia elétrica. O processo passou a ser provisionado no exercício de 2015 por conta da mudança de

estimativa de perda, que passou de perda possível para perda provável. Em 31 de março de 2016 o processo monta R\$ 236.731 (2015 – R\$ 236.731).

#### Ação de cobrança – Cetenco Engenharia:

Processo em discussão na esfera judicial. A empresa Cetenco celebrou contrato de prestação de serviços e obras para a construção das linhas de transmissão do sistema associado à UHE Tucuruí. Alega que os pagamentos realizados pela Eletronorte ocorreram com atraso e sem pagamento da correção monetária e juros de mora.

Embora o processo já esteja em fase de execução, além do pedido para que a execução seja promovida por meio do rito do art. 730 do CPC (rito dos precatórios), a Companhia defende que a correção monetária seja aplicada após a propositura da ação. O valor do processo monta R\$ 72.536 (2015 – R\$ 72.536).

### **21.2.1.3. Trabalhistas**

A Companhia é ré em inúmeras reclamações trabalhistas envolvendo diversos assuntos. A maior parte envolve horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária.

Em relação às contingências trabalhistas relevantes classificadas como perda provável destacam-se as ações que versam sobre periculosidade e índices inflacionários.

No caso específico do processo que versa sobre os índices inflacionários, trata-se de reclamação trabalhista coletiva buscando a recomposição inflacionária dos salários durante o período de hiperinflação. O outro processo discute o pagamento de adicional de periculosidade para empregados, cujos cálculos do débito já foram homologados pelo juízo. A Eletronorte garantiu a execução e nesse momento discute os cálculos apresentados pela justiça.

A maior causa dessa natureza monta R\$ 54.000.

### **21.2.2. Contingências passivas - perda possível**

A Companhia possui contingências de natureza tributária, cível e trabalhista, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e sustentada no julgamento de consultores jurídicos está classificada como possível e, portanto, não foi reconhecido no Balanço Patrimonial. Abaixo estão demonstradas as contingências classificadas com probabilidade de perda possível.

	<b>CONTROLADORA / CONSOLIDADO</b>	
	<b>31/03/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Trabalhistas	37.077	49.492
Tributários	361.238	359.410
Cíveis	1.184.087	1.337.181
Outros	191.131	63.578
<b>TOTAL</b>	<b>1.773.533</b>	<b>1.809.661</b>

#### **21.2.2.1. Tributárias**

As contingências tributárias classificadas como perda possível de maior relevância avaliadas pela Companhia estão relacionadas aos seguintes tributos:

**ICMS:** A Companhia discute judicialmente a cobrança de multa relacionada a:

- (i) aproveitamento de crédito de ICMS quando da transferência desses à Boa Vista Energia, por ocasião da cisão do patrimônio da Companhia para criação desta, em atenção a legislação atinente ao Programa Nacional de Desestatização – PND, no montante de R\$ 71.876 (2015 – R\$ 71.876);

- (ii) (ii) cobrança pelo Fisco Estadual o valor correspondente às Certidões de Dívida Ativa nºs 4759, 4760, 4761, 4762, 4763, 4764 e 4766. Em relação à CDA nº 4760 o Fisco de Roraima exige da Eletronorte o estorno de créditos de ICMS relativos a bens do ativo permanente. Em relação às demais CDAs, quer o Fisco o estorno dos créditos do ICMS na proporção de operações qualificadas como isentas ou não-tributadas, a saber: a) venda de energia para a CER – Centrais Elétricas de Roraima, e b) valores escriturados como “Outros”. Valor total de R\$ 36.531 (2015 – R\$ 36.531).

Autor: Estado de Roraima.

PIS/PASEP e COFINS: A Companhia discute na esfera administrativa, auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal no montante de R\$ 135.125 (2015 - R\$ 135.125). No entendimento da Receita Federal a correção de contratos anteriores a outubro de 2003, pelo IGPM, descaracteriza o caráter predeterminado do preço, de forma que após o primeiro reajuste o regime de tributação seria o da não-cumulatividade. Contudo, existem precedentes judiciais em sentido oposto, favoráveis, à tese da Companhia.

#### **21.2.2.2. Cíveis e outras**

As contingências cíveis classificadas como perda possível de maior relevância para a Companhia referem-se às seguintes matérias:

##### Cobrança pelo CNEC de correção monetária e juros por atraso de pagamento:

Ação Judicial de cobrança ajuizada pelo CNEC - Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A., objetivando o recebimento de correção monetária e juros por atraso de pagamentos de faturas, em virtude da correção monetária desproporcional ao valor real da moeda, pela supressão e utilização de índices divorciados da realidade contratual. A Companhia sustenta que as partes realizaram composição de todas suas pendências firmando “Contrato de Reconhecimento, Consolidação e Pagamento de Débitos e outras avenças”, e, que o direito reclamado se encontra prescrito e quitado. Em 31 de março de 2016 o valor do processo é de R\$ 1.090.591 (2015 – R\$ 1.090.591).

Autor: Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A. - CNEC

##### Ação indenizatória de desapropriação fundiária:

A ação trata de pedido de indenização de desapropriação fundiária, no montante de R\$ 121.437, ajuizada pela ADEMPAR – ORGANIZAÇÃO DE NEGÓCIO E COMÉRCIO EXTERIOR. Já foi proferida sentença de ilegitimidade da parte autora referente a posse do imóvel Gleba Pitinga em processo semelhante.

##### Divergência de interpretação de cláusula contratual relativa à aplicação de penalidade por atraso no prazo de entrega:

Processo em discussão na esfera administrativa, trata de controvérsias relativas a (i) aplicação da fórmula de penalidade por atraso na entrega de Unidades Geradoras da UHE Tucuruí UGH 17, UGH 20 e UGH 21; (ii) contagem do prazo de atraso contratual. De forma específica, trata-se da determinação:

(i) se o CETUC tem responsabilidade pelo atraso havido entre os prazos de entrega previstos no Contrato e os efetivamente verificados com relação às UGH's 17, 20 e 21;

(ii) a forma e os critérios de aplicação do “Índice de Penalização por Atraso”, conforme Cláusula 27ª do Contrato, que deverão incidir sobre o atraso de 31 (trinta e um) dias já constatado na entrega da UGH 13, bem como sobre os eventuais atrasos que venham a ser constatados na entrega das UGH's 17, 20 e 21, caso referidos atrasos forem de responsabilidade do CETUC. Montante reclamado R\$ 60.219 (2015 - R\$ 60.219).

Autor: Consórcio Empresarial Tucuruí- CETUC

##### Restituição do valor do Programa Social dos Expropriados de Tucuruí – PROSET e indenização dos beneficiários do Programa:

Refere-se à ação ordinária ajuizada em 2015 em tramitação perante a Primeira Vara Cível de Tucuruí onde se busca restituir o valor do Programa Social dos Expropriados de Tucuruí - PROSET e indenizar os beneficiários do referido programa, montante reclamado em 31 de março de 2016 R\$ 39.000 (2015 – R\$ 39.000).

Autor: Associação das Populações Organizadas Vítimas das Obras no Rio Tocantins e Adjacências.

### 21.2.2.3. Trabalhistas

A Companhia possui reclamações trabalhistas classificadas como possível. Em sua maioria as demandas envolvem horas extras, horas in itinere, responsabilidade subsidiária (terceirização), reenquadramento e equiparação salarial. Dentre as reclamações trabalhistas de maior relevância destaca-se a reclamação trabalhista nº 0001714-79.2014.5.10.0008 promovida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL cujo objeto diz respeito à contratação de mão de obra via concurso público.

### NOTA 22 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 2004, a Companhia participou do leilão de compra de energia elétrica realizado pelo consumidor industrial Alumínio Brasileiro S.A. – Albras, para um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, estabelecendo como parâmetro para a celebração do contrato um preço mínimo compatível com a tarifa de equilíbrio da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

O preço final ofertado foi composto por um preço base, acrescido de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio no mercado internacional, se constituindo num derivativo embutido (nota 9).

Com base nessas condições, a Albrás efetuou a compra antecipada de créditos de energia elétrica, com pagamento antecipado de R\$ 1.200.000, que se constituiu em crédito, em MW, de 43 MW médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 46 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, a ser amortizado durante o período de fornecimento, em parcelas mensais expressas nesses MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês de faturamento.

A posição e movimentação desse passivo são demonstradas a seguir:

CONTROLADORA / CONSOLIDADO						
2016			2015			31 de
Amortizações Efetuadas	Ganhos	Saldo em 31 de março	Amortizações Efetuadas	Ganhos	Saldo em 31 de dezembro	dezembro de 2014
(13.633)	(1.229)	699.052	(54.068)	(3.282)	713.914	771.264
Circulante		54.682			54.832	52.813
Não circulante		644.370			659.082	718.451

## NOTA 23 - OUTROS PASSIVOS

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>					
Convênios		79.466	77.345	79.466	77.345
Previnorte Fundação de Previdência Complementar		4.258	7.174	4.258	7.174
Compensações Socioambientais		33.764	36.622	33.764	36.622
Gastos a realizar em empreendimentos		23.200	21.147	23.200	21.147
Óleo Combustível		53.063	53.063	53.063	53.063
Contratos onerosos	23.2	9.073	9.073	9.073	9.073
Passivo a descoberto		9.587	8.428	9.587	8.428
Diversos		258.156	264.869	258.226	265.002
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>470.567</b>	<b>477.721</b>	<b>470.637</b>	<b>477.854</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Taxa de Fiscalização - TFRH	23.1	319.529	-	319.529	-
Compensações Socioambientais		123.524	123.524	123.524	123.524
Contratos onerosos	23.2	239.382	239.382	239.382	239.382
Provisão multa Aneel		19.732	19.666	19.732	19.666
Diversos		4.715	4.660	4.715	4.660
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>		<b>706.882</b>	<b>387.232</b>	<b>706.882</b>	<b>387.232</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1.177.449</b>	<b>864.953</b>	<b>1.177.519</b>	<b>865.086</b>

### 23.1. Taxa de fiscalização - TFRH

A Companhia foi autuada por meio de dois autos de infração, o primeiro ocorreu em 27/08/2015 no montante de R\$ 206.316, referente ao não recolhimento da TFRH sobre os meses de abril a junho de 2015. O segundo Auto de Infração data de 11/11/2015 no montante de R\$113.213, relativo aos meses de julho a setembro de 2015. O montante da causa corresponde a R\$ 319.529.

### 23.2. Contratos onerosos

Na avaliação preliminar, a Administração da Companhia verificou que os contratos da UHE Coaracy Nunes e da LT Brasil-Venezuela apresentavam evidências significativas de onerosidade.

Antes de ser estabelecida uma perda separada para um contrato oneroso, a entidade deve reconhecer qualquer perda decorrente de desvalorização que tenha ocorrido nos ativos relativos a esse contrato.

## NOTA 24 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 24.1. Capital social

O capital subscrito e totalmente integralizado, no valor de R\$ 11.576.263 (2015 – R\$ 11.576.263), está representado por 154.093.501 (2015 – 154.093.051) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme composição acionária abaixo:

ACIONISTAS	31/03/2016			31/12/2015		
	Nº DE AÇÕES	%	CAPITAL SOCIAL	Nº DE AÇÕES	%	CAPITAL SOCIAL
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.-Eletrobras	153.292.342	99,480	11.516.076	153.292.342	99,480	11.516.076
Prefeitura Municipal de Manaus	263.513	0,171	19.796	263.513	0,171	19.796
Centrais Elétricas do Pará S.A.-Celpa	247.635	0,161	18.604	247.635	0,161	18.604
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	146.382	0,095	10.997	146.382	0,095	10.997
Governo do Estado de Roraima	35.992	0,023	2.704	35.992	0,023	2.704
Cia. de Eletricidade do Acre-Eletoacre	22.016	0,014	1.654	22.016	0,014	1.654
Centrais Elétricas de Rondônia S.A.-Ceron	13.949	0,009	1.048	13.949	0,009	1.048
Prefeitura Municipal de Boa Vista	8.568	0,006	644	8.568	0,006	644
União Federal	1.804	0,001	136	1.804	0,001	136
Outras pessoas físicas	31.531	0,020	2.369	31.531	0,020	2.369
Outras pessoas jurídicas	29.769	0,019	2.236	29.769	0,019	2.236
<b>TOTAL</b>	<b>154.093.501</b>	<b>100,000</b>	<b>11.576.263</b>	<b>154.093.501</b>	<b>100,000</b>	<b>11.576.263</b>

O valor patrimonial da ação em 31 de março de 2016 é de R\$ 81,97 (2015 - R\$ 83,57).



## NOTA 25 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A seguir é demonstrada a composição da receita operacional bruta e da receita operacional líquida apresentada na demonstração do resultado:

	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>01/01/2015 à 31/03/2015</b>
<b>Receita operacional bruta</b>				
<b>Geração</b>				
Fornecimento de energia elétrica	261.403	303.556	261.403	303.556
Suprimento de energia elétrica	726.003	990.024	726.003	990.024
Energia elétrica de curto prazo	138.970	5.887	138.970	5.887
Operação e manutenção de usinas	3.446	4.108	3.446	4.108
<b>Transmissão</b>				
Op. e Manut. de linhas de transmissão	109.803	120.563	110.511	120.563
Construção de linhas de transmissão	1.917	21.594	14.100	50.586
Financeira - retorno do investimento	71.716	71.621	83.190	81.758
<b>Outras receitas operacionais</b>				
Serviços de comunicação multimídia	24.326	23.846	24.326	23.846
Outros	23.395	34.905	23.395	34.905
<b>Total receita operacional bruta</b>	<b>1.360.979</b>	<b>1.576.104</b>	<b>1.385.344</b>	<b>1.615.233</b>
<b>( - ) Deduções à receita operacional</b>				
<b>Encargos setoriais</b>				
RGR	(33.149)	(36.415)	(33.323)	(36.415)
CDE	-	(3.202)	-	(3.202)
PROINFA	-	(18.909)	-	(18.909)
P&D	(11.750)	(13.513)	(11.808)	(13.513)
<b>Total Encargos setoriais</b>	<b>(44.899)</b>	<b>(72.039)</b>	<b>(45.131)</b>	<b>(72.039)</b>
<b>Impostos e contribuições</b>				
ICMS	(4.671)	(1.108)	(4.671)	(1.108)
ISS	(663)	(513)	(663)	(513)
COFINS	(87.468)	(110.646)	(87.977)	(110.646)
PIS/PASEP	(18.986)	(24.021)	(19.097)	(24.021)
Outros	(430)	(345)	(430)	(345)
<b>Total Impostos e contribuições</b>	<b>(112.218)</b>	<b>(136.633)</b>	<b>(112.838)</b>	<b>(136.633)</b>
<b>Total Deduções à receita operacional</b>	<b>(157.117)</b>	<b>(208.672)</b>	<b>(157.969)</b>	<b>(208.672)</b>
<b>Total</b>	<b>1.203.862</b>	<b>1.367.432</b>	<b>1.227.375</b>	<b>1.406.561</b>

No período houve redução da receita operacional líquida, que passou de R\$ 1.367.432 no primeiro trimestre de 2015 para R\$ 1.203.862 no primeiro trimestre de 2016 (-11,96%). Essa variação de R\$ 163.570 foi devida, substancialmente, pela redução do volume de venda de suprimento de energia elétrica no período.

A Companhia auferiu receita com venda de energia excedente no mercado de curto prazo superior ao verificado no primeiro trimestre de 2015 quando o MW/médio vendido era de R\$/MW 1.733,29. No primeiro trimestre de 2016 o MW/médio vendido foi de R\$/MW 3.212,78.

Por outro lado houve redução de R\$ 306.174 nas contas de fornecimento e suprimento de energia. A receita com a venda de energia existente, sem considerar a receita de venda na CCEE, no primeiro trimestre 2016,



foi de R\$ 947.379, referente a 2.808,44 MW médios de energia comercializada nos sistemas interligado e isolado, com um decréscimo de 26,18% da receita, em relação a março de 2015.

Houve redução no grupo da receita de transmissão no montante de R\$ 30.342.

## NOTA 26 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA DE GASTOS

CONTROLADORA								
01/01/2016 à 31/03/2016					01/01/2015 à 31/03/2015			
Nota	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total
	(44.818)	-	-	<b>(44.818)</b>	(409.215)	-	-	<b>(409.215)</b>
	(122.240)	-	-	<b>(122.240)</b>	(132.130)	-	-	<b>(132.130)</b>
26.1	(142.617)	(9.129)	(141.190)	<b>(292.936)</b>	(145.463)	(3.404)	(125.984)	<b>(274.851)</b>
	-	(158)	(7.384)	<b>(7.542)</b>	(351)	(10)	(393)	<b>(754)</b>
	-	(4.565)	(54.318)	<b>(58.883)</b>	(32.224)	(608)	(15.244)	<b>(48.076)</b>
	(102.204)	-	(5.465)	<b>(107.669)</b>	(106.124)	-	(3.306)	<b>(109.430)</b>
	(3.717)	-	-	<b>(3.717)</b>	-	-	-	<b>-</b>
	-	(388)	(13.407)	<b>(13.794)</b>	(3.964)	-	(10.014)	<b>(13.978)</b>
26.2	-	-	65.699	<b>65.699</b>	-	-	(29.631)	<b>(29.631)</b>
	(57.129)	-	-	<b>(57.129)</b>	(65.047)	-	-	<b>(65.047)</b>
	-	-	(2.871)	<b>(2.871)</b>	-	-	(4.731)	<b>(4.731)</b>
	(1.917)	-	-	<b>(1.917)</b>	(21.594)	-	-	<b>(21.594)</b>
	-	76	16.399	<b>16.475</b>	15.846	-	14.293	<b>30.139</b>
	-	-	-	<b>-</b>	-	-	-	<b>-</b>
	-	(951)	(37.114)	<b>(38.064)</b>	(8.978)	(1.348)	(18.847)	<b>(29.173)</b>
<b>Total</b>	<b>(474.642)</b>	<b>(15.115)</b>	<b>(179.651)</b>	<b>(669.406)</b>	<b>(909.244)</b>	<b>(5.370)</b>	<b>(193.857)</b>	<b>(1.108.471)</b>

CONSOLIDADO								
01/01/2016 à 31/03/2016					01/01/2015 à 31/03/2015			
Nota	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total
	(44.818)	-	-	<b>(44.818)</b>	(409.215)	-	-	<b>(409.215)</b>
	(122.240)	-	-	<b>(122.240)</b>	(132.130)	-	-	<b>(132.130)</b>
26.1	(142.617)	(9.129)	(141.221)	<b>(292.967)</b>	(145.463)	(3.404)	(126.004)	<b>(274.871)</b>
	-	(158)	(7.392)	<b>(7.550)</b>	(351)	(10)	(393)	<b>(754)</b>
	-	(4.565)	(55.534)	<b>(60.099)</b>	(32.224)	(608)	(15.596)	<b>(48.428)</b>
	(102.204)	-	(5.465)	<b>(107.669)</b>	(106.124)	-	(3.306)	<b>(109.430)</b>
	(3.717)	-	-	<b>(3.717)</b>	-	-	-	<b>-</b>
	-	(388)	(13.449)	<b>(13.837)</b>	(3.964)	-	(10.055)	<b>(14.019)</b>
26.2	-	-	65.698	<b>65.698</b>	-	-	(29.387)	<b>(29.387)</b>
	(57.129)	-	-	<b>(57.129)</b>	(65.047)	-	-	<b>(65.047)</b>
	-	-	(2.898)	<b>(2.898)</b>	-	-	(4.731)	<b>(4.731)</b>
	(14.100)	-	-	<b>(14.100)</b>	(50.586)	-	-	<b>(50.586)</b>
	-	76	16.399	<b>16.475</b>	15.846	-	14.293	<b>30.139</b>
	-	-	-	<b>-</b>	-	-	-	<b>-</b>
	-	(949)	(37.185)	<b>(38.134)</b>	(8.978)	(1.349)	(18.893)	<b>(29.220)</b>
<b>Total</b>	<b>(486.825)</b>	<b>(15.113)</b>	<b>(181.047)</b>	<b>(682.985)</b>	<b>(938.236)</b>	<b>(5.371)</b>	<b>(194.072)</b>	<b>(1.137.679)</b>

## 26.1. Pessoal

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015	01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015
<b>Remuneração do trabalho</b>				
Remuneração direta	(132.689)	(120.872)	(132.689)	(120.892)
Remuneração indireta	(11.641)	(29.641)	(11.641)	(29.641)
Provisão de férias	(33.268)	(33.249)	(33.268)	(33.249)
Provisão de 13º salário	(11.848)	(10.369)	(11.848)	(10.369)
FGTS	(13.350)	(11.894)	(13.350)	(11.894)
Hora extra	(7.071)	(9.592)	(7.071)	(9.592)
Benefícios assistenciais	(30.922)	(2.165)	(30.922)	(2.165)
Outros	(934)	(8.299)	(965)	(8.299)
	<b>(241.723)</b>	<b>(226.081)</b>	<b>(241.754)</b>	<b>(226.101)</b>
<b>Encargos sobre despesa de pessoal</b>				
Contribuições previdenciárias	(46.859)	(37.907)	(46.859)	(37.907)
Demais encargos sociais	(4.354)	(10.863)	(4.354)	(10.863)
	<b>(51.213)</b>	<b>(48.770)</b>	<b>(51.213)</b>	<b>(48.770)</b>
<b>Total</b>	<b>(292.936)</b>	<b>(274.851)</b>	<b>(292.967)</b>	<b>(274.871)</b>

## 26.2. Provisões operacionais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015	01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015
<b>Provisões operacionais:</b>				
Riscos	90.260	(21.186)	90.259	(20.942)
Demais provisões	-	611	-	611
	<b>90.260</b>	<b>(20.575)</b>	<b>90.259</b>	<b>(20.331)</b>
<b>Perda para crédito de liquidação duvidosa:</b>				
Consumidores e revendedores	(14.576)	(1.336)	(14.576)	(1.336)
Créditos de ICMS	(6.150)	(2.333)	(6.150)	(2.333)
Demais ativos	(3.835)	(5.387)	(3.835)	(5.387)
	<b>(24.561)</b>	<b>(9.056)</b>	<b>(24.561)</b>	<b>(9.056)</b>
<b>Total</b>	<b>65.699</b>	<b>(29.631)</b>	<b>65.698</b>	<b>(29.387)</b>

## NOTA 27 – RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015	01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>				
<b>Rendas</b>				
- Aplicações financeiras	40.184	35.374	40.558	35.720
	<b>40.184</b>	<b>35.374</b>	<b>40.558</b>	<b>35.720</b>
<b>Acréscimos moratórios em faturas de energia elétrica</b>				
- Juros sobre atraso de pagamento	39.215	13.456	39.215	13.456
- Multa sobre atraso de pagamento	3.379	5.221	3.379	5.221
	<b>42.594</b>	<b>18.677</b>	<b>42.594</b>	<b>18.677</b>
<b>Variação monetária e cambial ativa</b>				
- Atraso de pagamento - faturas de energia	54.873	32.824	54.873	32.824
- Atualização créditos CERON	66.674	-	66.674	-
- Outras variações ativas	3.529	73.340	750	73.340
	<b>125.076</b>	<b>106.164</b>	<b>122.297</b>	<b>106.164</b>
<b>Outras receitas financeiras</b>				
- Ganhos com derivativos	78.930	11.528	78.930	11.528
- Outras receitas financeiras	7.357	11.911	7.357	13.074
	<b>86.287</b>	<b>23.439</b>	<b>86.287</b>	<b>24.602</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>294.141</b>	<b>183.654</b>	<b>291.736</b>	<b>185.163</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>				
<b>Variação monetária e cambial passiva</b>				
- Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(48.415)	(53.598)	(50.499)	(53.598)
- Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	48.501	(119.402)	48.501	(119.402)
- Outras variações passivas	(15.339)	(24.297)	(15.339)	(24.297)
	<b>(15.253)</b>	<b>(197.297)</b>	<b>(17.337)</b>	<b>(197.297)</b>
<b>Encargos de dívidas</b>				
- Empréstimos e financiamentos	(103.949)	(77.633)	(103.949)	(79.226)
- Dividendos	(50.273)	(6)	(50.273)	(6)
	<b>(154.222)</b>	<b>(77.639)</b>	<b>(154.222)</b>	<b>(79.232)</b>
<b>Outras despesas financeiras</b>				
- Pesquisa e desenvolvimento	(3.246)	(4.869)	(3.246)	(4.869)
- Perdas com derivativos	-	(54.519)	-	(54.519)
- Juros e multas diversas	(7.651)	(4.470)	(7.683)	(4.470)
- Outras despesas financeiras	(97)	(2.042)	(97)	(11.433)
	<b>(10.994)</b>	<b>(65.900)</b>	<b>(11.026)</b>	<b>(75.291)</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>(180.469)</b>	<b>(340.836)</b>	<b>(182.585)</b>	<b>(351.820)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>113.672</b>	<b>(157.182)</b>	<b>109.151</b>	<b>(166.657)</b>

O aumento na conta de variações monetárias ativas se deve à atualização dos créditos devidos pela CERON à Companhia no montante de R\$ 66.674.

As movimentações nas contas de receitas e despesas com derivativos foram decorrentes, substancialmente, da variação do preço do alumínio no mercado internacional (nota 9). Em 2016, a Companhia apurou ganho de R\$ 78.930 sobre esta operação (2015 – perda de R\$ 42.991).

## NOTA 28 - IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

O IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

A conciliação da apropriação das despesas de IRPJ e CSLL com os valores revertidos de imposto de renda diferido, com as adições e exclusões previstas na legislação e com os créditos tributários revertidos e constituídos, calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, estão a seguir demonstradas:

	CONTROLADORA					
	01/01/2016 à 31/03/2016			01/01/2015 à 31/03/2015		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>713.105</b>	<b>713.105</b>		<b>140.630</b>	<b>140.630</b>	
<b>Alíquota nominal</b>	<b>25%</b>	<b>9%</b>		<b>25%</b>	<b>9%</b>	
<b>Despesa nominal</b>	<b>(178.276)</b>	<b>(64.179)</b>		<b>(35.158)</b>	<b>(12.657)</b>	
<b>Efeitos de adições e exclusões fiscais</b>						
Ajustes da Lei no. 11.941/2009	-	-		(4.253)	(1.531)	
Provisões operacionais	19.177	6.904		(7.408)	(2.667)	
Equivalência patrimonial	16.245	5.848		9.713	3.497	
Demais adições e exclusões	17.346	5.456		6.468	2.092	
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	38.310	13.792		9.388	3.380	
Incentivos fiscais	71.617	-		16.673	-	
<b>Total da (receita) despesa de IRPJ e CSLL</b>	<b>(15.582)</b>	<b>(32.180)</b>	<b>(47.762)</b>	<b>(4.577)</b>	<b>(7.886)</b>	<b>(12.463)</b>
<b>IRPJ e CSLL Correntes</b>	<b>(15.582)</b>	<b>(32.180)</b>	<b>(47.762)</b>	<b>(4.577)</b>	<b>(7.886)</b>	<b>(12.463)</b>
<b>IRPJ e CSLL Diferidos</b>	<b>76.858</b>	<b>27.668</b>	<b>104.526</b>	<b>1.912</b>	<b>688</b>	<b>2.600</b>
	<b>61.276</b>	<b>(4.512)</b>	<b>56.764</b>	<b>(2.665)</b>	<b>(7.198)</b>	<b>(9.863)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>8,59%</b>	<b>-0,63%</b>		<b>-1,89%</b>	<b>-5,12%</b>	

	CONSOLIDADO					
	01/01/2016 à 31/03/2016			01/01/2015 à 31/03/2015		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>713.105</b>	<b>713.105</b>		<b>140.630</b>	<b>140.630</b>	
<b>Alíquota nominal</b>	<b>25%</b>	<b>9%</b>		<b>25%</b>	<b>9%</b>	
<b>Despesa nominal</b>	<b>(178.276)</b>	<b>(64.179)</b>		<b>(35.158)</b>	<b>(12.657)</b>	
<b>Efeitos de adições e exclusões fiscais</b>						
Ajustes da Lei no. 11.941/2009	-	-		(4.033)	(1.452)	
Provisões operacionais	19.177	6.904		(7.347)	(2.645)	
Equivalência patrimonial	16.245	5.848		9.601	3.456	
Demais adições e exclusões	17.346	5.456		6.298	2.031	
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	38.310	13.792		9.388	3.380	
Incentivos fiscais	71.617	-		16.673	-	
<b>Total da (receita) despesa de IRPJ e CSLL</b>	<b>(15.582)</b>	<b>(32.180)</b>	<b>(47.762)</b>	<b>(4.577)</b>	<b>(7.887)</b>	<b>(12.464)</b>
<b>IRPJ e CSLL Correntes</b>	<b>(15.582)</b>	<b>(32.180)</b>	<b>(47.762)</b>	<b>(4.577)</b>	<b>(7.886)</b>	<b>(12.463)</b>
<b>IRPJ e CSLL Diferidos</b>	<b>76.858</b>	<b>27.668</b>	<b>104.526</b>	<b>1.912</b>	<b>688</b>	<b>2.600</b>
	<b>61.276</b>	<b>(4.512)</b>	<b>56.764</b>	<b>(2.665)</b>	<b>(7.198)</b>	<b>(9.863)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>8,59%</b>	<b>-0,63%</b>		<b>-1,90%</b>	<b>-5,12%</b>	

A variação ocorrida na apuração do IRPJ e CSLL no período, quando comparado ao anterior, se referem, substancialmente, aos efeitos do registro dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de CSLL e diferenças temporárias.

## 28.1 Créditos Fiscais

Saldos dos créditos fiscais acumulados (bases de cálculo)	CONTROLADORA /CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015
Prejuízos fiscais acumulados	3.802.273	3.957.870
Bases de cálculo negativas da CSLL	3.741.801	3.897.398
Provisões não dedutíveis	2.812.015	2.952.038
Remuneração das imobilizações em curso - diferida	30.029	42.475
Demais adições temporárias	1.235	1.347

Referem-se aos saldos dos créditos fiscais controlados no livro de apuração do lucro real (LALUR), cujos tributos diferidos com estimativa de realização futura foram contabilizados no ativo (nota 8.1).

## NOTA 29 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os valores e preços dos compromissos operacionais de longo prazo da Controladora e de suas investidas estão apresentados pelo valor nominal e não estão deduzidos de eventuais subvenções e reembolsos de custos que a Companhia detenha. Os valores dos compromissos das empresas investidas estão apresentados pela proporção das participações da Companhia.

### 29.1. Socioambientais

Em decorrência de exigências legais, relacionadas às obras de expansão da UHE Tucuruí, houve necessidade de efetivar o processo de licenciamento desse empreendimento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) do Estado do Pará. Diante disso, para liberação da Licença de Instalação (LI), as partes acordaram que a Companhia seria responsável por realizar investimentos em programas de mitigação e compensações socioambientais, visando o desenvolvimento sustentável dos municípios à montante e à jusante da UHE Tucuruí envolvidos.

Estes compromissos estão registrados no passivo da Companhia e totalizam R\$ 123.524 (2015 – R\$ 123.524) (nota 23).

### 29.2. Aportes de capital da Companhia em empresas investidas

A Companhia possui compromissos em seu orçamento para realização de aportes de capitais em empresas investidas, conforme descrito no quadro abaixo:

	Norte Energia S.A.	Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	Total
2017	50.000	81.585	131.585
2018	23.000	46.305	69.305
<b>Total</b>	<b>73.000</b>	<b>127.890</b>	<b>200.890</b>

### **29.2.1. Mútuo entre Eletronorte e State Grid Brazil Holding**

A Companhia celebrou, em 16 de dezembro de 2014, instrumento particular de mútuo com a empresa State Grid Brazil Holding, cujo objeto é a concessão de recursos à Eletronorte na importância total de até R\$ 294.700, a ser realizada em parcelas, mediante solicitações, no período compreendido pela implantação do empreendimento da Linha de Transmissão em corrente contínua de +- 800Kv, Xingu-Estreito, estação conversora CA/CC, +- 800Kv, 4000 MW, junto à SE 500Kv Xingu, estação conversora CA/CC, +- 800Kv, 3850 MW, junto à SE 500Kv Estreito, que está sendo realizada por meio da Sociedade Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A., constituída para tal, cujos sócios são: State Grid (51%), Furnas (24,5%) e Eletronorte (24,5%). Até 31 de março de 2016, a Companhia recebeu da State Grid R\$139.325.

### **NOTA 30 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo compra e venda de energia elétrica, além de transações de empréstimos e financiamentos. A energia elétrica vendida é baseada em tarifas homologadas pela ANEEL.

30.1. As transações com as partes relacionadas em que a Companhia possui participação societária são as seguintes:

	31/03/2016			31/12/2015		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<b>Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.</b>	<b>24</b>	<b>160</b>	<b>512</b>	<b>24</b>	<b>160</b>	<b>125</b>
Serviços prestados	24	-	512	24	-	-
Uso da rede de transmissão	-	160	-	-	160	(2.126)
Outros	-	-	-	-	-	2.251
<b>Brasnorte Transmissora de Energia S.A.</b>	<b>106</b>	<b>86</b>	<b>516</b>	<b>106</b>	<b>88</b>	<b>2.347</b>
Uso da rede de transmissão	-	86	-	-	88	(1.176)
Serviços prestados	106	-	516	106	-	-
Outros	-	-	-	-	-	3.523
<b>Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.</b>	<b>51</b>	<b>-</b>	<b>127</b>	<b>57</b>	<b>-</b>	<b>517</b>
Serviços prestados	-	-	2	1	-	-
Uso da rede de transmissão	51	-	125	56	-	507
Outros	-	-	-	-	-	10
<b>Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.</b>	<b>61</b>	<b>-</b>	<b>150</b>	<b>67</b>	<b>-</b>	<b>604</b>
Serviços prestados	1	-	4	1	-	-
Uso da rede de transmissão	60	-	146	66	-	593
Outros	-	-	-	-	-	11
<b>Companhia Energética SINOP S.A</b>	<b>61.250</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>36.750</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	61.250	-	-	36.750	-	-
<b>Energética Águas da Pedra S.A.</b>	<b>572</b>	<b>-</b>	<b>374</b>	<b>172</b>	<b>-</b>	<b>1.557</b>
Serviços prestados	405	-	-	-	-	-
Uso da rede de transmissão	167	-	374	172	-	1.557
<b>Integração Transmissora de Energia S.A.</b>	<b>317</b>	<b>647</b>	<b>951</b>	<b>317</b>	<b>648</b>	<b>(2.756)</b>
Uso da rede de transmissão	-	647	-	-	648	(6.429)
Serviços prestados	317	-	951	317	-	-
Outros	-	-	-	-	-	3.673
<b>Linha Verde Transmissora de Energia S.A.</b>	<b>101.767</b>	<b>319</b>	<b>28</b>	<b>98.117</b>	<b>19</b>	<b>49.506</b>
Financiamentos e Empréstimos	101.758	-	-	98.109	-	13.954
Serviços prestados	9	-	28	8	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	35.563
Uso da rede de transmissão	-	319	-	-	19	(29)
Outros	-	-	-	-	-	18
<b>Manaus Transmissora de Energia S.A.</b>	<b>1.466</b>	<b>797</b>	<b>-</b>	<b>1.396</b>	<b>800</b>	<b>(6.698)</b>
Uso da rede de transmissão	-	797	-	-	792	(9.154)
Adiantamento para futuro aumento de capital	399	-	-	329	-	2.573
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	1.067	-	-	1.067	-	-
Outros	-	-	-	-	8	(117)
<b>Norte Energia S.A.</b>	<b>428</b>	<b>-</b>	<b>12.712</b>	<b>444</b>	<b>-</b>	<b>39.681</b>
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	-
Serviços prestados	-	-	12.712	40	-	-
Uso da rede de transmissão	428	-	-	374	-	423
Outros	-	-	-	30	-	39.258
<b>Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.</b>	<b>-</b>	<b>1.459</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.459</b>	<b>(14.636)</b>
Uso da rede de transmissão	-	1.459	-	-	1.459	(14.636)
<b>Transmissora Matogrossense de Energia S.A.</b>	<b>-</b>	<b>215</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>214</b>	<b>(2.221)</b>
Uso da rede de transmissão	-	215	-	-	214	(2.221)
<b>Transnorte Energia S.A</b>	<b>44</b>	<b>25</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>36</b>	<b>(186)</b>
Uso da rede de transmissão	-	25	-	-	36	(186)
Serviços prestados	44	-	-	-	-	-
<b>Previnorte Fundação de Previdência Complementar</b>	<b>526</b>	<b>4.258</b>	<b>-</b>	<b>7.174</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	190	-	-	-	-	-
Outros	336	4.258	-	7.174	-	-
<b>Caixa de Assistência do Setor Elétrico (E-Vida)</b>	<b>6.581</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	6.581	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
<b>Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.</b>	<b>54</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>10</b>
Uso da rede de transmissão	53	-	-	-	-	-
Serviços prestados	1	-	4	-	-	-
Outros	-	-	-	1	-	10
<b>TOTAL</b>	<b>173.247</b>	<b>7.966</b>	<b>15.374</b>	<b>144.625</b>	<b>3.424</b>	<b>67.850</b>

**30.2. As transações com as outras partes relacionadas são as seguintes:**

	31/03/2016			31/12/2015		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<b>Amazonas Distribuidora de Energia S.A.</b>	<b>16.840</b>	-	<b>2.520</b>	<b>19.532</b>	-	<b>4.639</b>
Ressarcimento de gastos – UTE Electron	-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica	-	-	614	-	-	-
Uso da rede de transmissão	610	-	1.906	939	-	4.639
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	16.230	-	-	18.593	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
<b>Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.</b>	<b>2.153</b>	-	-	<b>1.460</b>	-	-
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	2.153	-	-	1.460	-	-
<b>Boa Vista Energia S.A.</b>	<b>421.405</b>	<b>210</b>	<b>63.590</b>	<b>371.358</b>	<b>194</b>	<b>188.828</b>
Suprimento de energia elétrica	93.001	-	63.590	81.515	-	188.828
Uso da rede de transmissão	-	-	-	-	-	-
Serviços prestados	-	-	-	-	-	-
Outros	328.404	210	-	289.843	194	-
<b>Cia. Energética de Alagoas S.A. - Ceal</b>	<b>11.505</b>	-	<b>11.477</b>	<b>7.569</b>	-	<b>42.874</b>
Suprimento de energia elétrica	11.269	-	11.054	7.301	-	41.045
Uso da rede de transmissão	236	-	423	174	-	1.829
Outros	-	-	-	94	-	-
<b>Cia. Energética de Goiás S.A. - Celg</b>	<b>10.988</b>	<b>107</b>	<b>28.899</b>	<b>11.000</b>	<b>109</b>	<b>92.750</b>
Suprimento de energia elétrica	9.339	-	18.133	9.625	-	82.237
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	349	-	-	93	-	-
Uso da rede de transmissão	1.300	107	10.766	1.274	109	10.513
Outros	-	-	-	8	-	-
<b>Cia. Energética do Piauí S.A. - Cepisa</b>	<b>3.976</b>	-	<b>4.922</b>	<b>4.297</b>	-	<b>19.858</b>
Suprimento de energia elétrica	3.442	-	4.049	3.916	-	17.047
Uso da rede de transmissão	432	-	873	281	-	2.811
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	102	-	-	13	-	-
Outros	-	-	-	87	-	-
<b>Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron</b>	<b>2.050.713</b>	-	<b>69.911</b>	<b>1.986.273</b>	-	<b>671.821</b>
Suprimento de energia elétrica	22	-	41	19	-	207
Uso da rede de transmissão	1.422	-	3.196	1.372	-	12.352
Contas a receber (operação termonorte)	2.049.269	-	66.674	1.984.660	-	659.262
Outros	-	-	-	222	-	-
<b>Cia. de Geração Térmica de Energia Elétrica S.A. - Cgtee</b>	<b>110.341</b>	-	<b>52.426</b>	<b>119.216</b>	-	<b>208.756</b>
Suprimento de energia elétrica	109.739	-	51.779	113.913	-	206.302
Uso da rede de transmissão	292	-	647	298	-	2.454
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	310	-	-	16	-	-
Outros	-	-	-	4.989	-	-
<b>Cia. Hidro Elétrica do São Francisco S.A. - Chesf</b>	<b>3.584</b>	<b>2.897</b>	<b>10.357</b>	<b>3.805</b>	<b>2.967</b>	<b>8.131</b>
Uso da rede de transmissão	3.584	2.897	10.357	3.682	2.967	8.131
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	-	-	-	123	-	-
<b>Cia. de Eletricidade do Acre S.A. - Eletroacre</b>	<b>565</b>	-	<b>1.258</b>	<b>504</b>	-	<b>4.622</b>
Suprimento de energia elétrica	56	-	55	26	-	257
Uso da rede de transmissão	509	-	1.203	478	-	4.365
<b>Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras</b>	<b>7.286</b>	<b>4.360.362</b>	<b>(52.195)</b>	<b>14.785</b>	<b>4.534.004</b>	<b>(232.473)</b>
Empréstimos e financiamentos	-	2.859.788	(52.195)	-	2.986.067	(232.473)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Uso da rede de transmissão	-	-	-	-	-	-
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	7.286	-	-	14.785	-	-
Obrigações com a Controladora	-	1.500.574	-	-	1.543.463	-
Outros	-	-	-	-	4.474	-
<b>Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear</b>	<b>595</b>	-	<b>1.477</b>	<b>543</b>	-	<b>5.717</b>
Uso da rede de transmissão	511	-	1.477	525	-	5.717
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	84	-	-	18	-	-
<b>Eletrobras Participações S.A. - Eletropar</b>	<b>11.574</b>	-	-	<b>11.574</b>	-	-
Outros	11.574	-	-	11.574	-	-
<b>Eletrosul Centrais Elétricas S.A.</b>	<b>300</b>	<b>201.989</b>	<b>(5.909)</b>	<b>404</b>	<b>341.322</b>	<b>(38.163)</b>
Uso da rede de transmissão	74	2.909	(8.766)	76	2.941	(38.211)
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	208	-	-	310	-	-
Serviços prestados	18	-	281	18	-	-
Aquisição de ativos	-	199.080	2.576	-	238.093	-
Outros	-	-	-	-	100.288	48
<b>Furnas Centrais Elétricas S.A.</b>	<b>3.559</b>	<b>3.516</b>	<b>7.641</b>	<b>4.828</b>	<b>3.555</b>	<b>(11.784)</b>
Uso da rede de transmissão	3.457	3.516	7.641	3.573	3.555	(11.784)
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	102	-	-	102	-	-
Serviços prestados	-	-	-	1.153	-	-
<b>Itaipu Binacional S.A.</b>	<b>29</b>	-	-	<b>38</b>	-	-
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	29	-	-	38	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.655.413</b>	<b>4.569.081</b>	<b>196.374</b>	<b>2.557.186</b>	<b>4.882.151</b>	<b>965.576</b>



### 30.3. Remuneração do pessoal chave da Administração

Os gastos com a remuneração dos conselheiros de administração e fiscal e diretores executivos estão demonstrados a seguir:

	CONTROLADORA	
	31/03/2016	31/03/2015
Remuneração dos Diretores e Conselheiros	981	823
Encargos sociais	9	47
Benefícios	93	85
Outros	-	12
<b>Total</b>	<b>1.083</b>	<b>967</b>

## NOTA 31 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### 31.1. Gestão do Risco de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e de debêntures (contemplando as dívidas de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Financiamentos, empréstimos e debêntures	17/18	4.605.060	5.011.959	4.803.083	5.208.536
(-) Caixa e equivalentes de caixa	4	(48.508)	(51.683)	(55.270)	(70.633)
<b>Dívida líquida</b>		<b>4.556.552</b>	<b>4.960.276</b>	<b>4.747.813</b>	<b>5.137.903</b>
Patrimônio líquido		12.631.023	11.974.681	12.631.023	11.974.681
<b>Total do capital</b>		<b>17.187.575</b>	<b>16.934.957</b>	<b>17.378.836</b>	<b>17.112.584</b>
<b>Índice de alavancagem financeira</b>		<b>27%</b>	<b>29%</b>	<b>27%</b>	<b>30%</b>

### 31.2. Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em categorias de ativos e passivos financeiros, os quais contemplam inclusive os instrumentos derivativos, conforme segue:

ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		<b>9.146.461</b>	<b>8.996.843</b>	<b>9.850.606</b>	<b>9.612.311</b>
Clientes	6	1.205.551	1.039.844	1.211.826	1.040.162
Financiamentos e empréstimos	17	101.758	98.109	3.520	2.881
Ativo financeiro concessões de serviço público	7	5.384.642	5.395.400	6.170.496	6.102.270
Crédito junto à Ceron	11	2.049.268	1.984.659	2.049.268	1.984.659
Outros ativos	10	405.242	478.831	415.496	482.339
<b>Mensurados a valor justo por meio do resultado</b>		<b>762.670</b>	<b>1.162.928</b>	<b>769.183</b>	<b>1.181.878</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	48.508	51.683	55.270	70.633
Instrumentos financeiros derivativos	9	99.455	46.311	99.455	46.311
Títulos e valores mobiliários	5	614.707	1.064.934	614.458	1.064.934
<b>PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)</b>					
	Nota	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
<b>Mensurados ao Custo Amortizado</b>		<b>6.841.288</b>	<b>7.013.803</b>	<b>7.043.232</b>	<b>7.213.414</b>
Fornecedores	16	834.014	917.088	837.865	919.989
Financiamentos e empréstimos	17	4.605.060	5.011.959	4.803.083	5.208.536
Debêntures	18	224.765	219.803	224.765	219.803
Outros passivos	23	1.177.449	864.953	1.177.519	865.086
<b>Mensurados a Valor Justo por meio do resultado</b>		<b>54.484</b>	<b>80.269</b>	<b>54.484</b>	<b>80.269</b>
Instrumentos financeiros derivativos	9	54.484	80.269	54.484	80.269

#### 31.2.1. Ativos Financeiros - classificados nas seguintes categorias

- Caixa e Equivalentes de caixa:** mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.
- Títulos e valores mobiliários – Curto e Longo Prazo** – usualmente mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.
- Clientes:** são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Os créditos renegociados são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores prováveis de realização, similares aos valores justos.
- Financiamentos e empréstimos concedidos:** são ativos financeiros com recebimentos fixos ou determináveis, sendo seus valores mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

Os financiamentos concedidos estão restritos às concessionárias de serviço público de energia elétrica e, desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é definida levando em conta prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar alternativas que não o próprio setor elétrico, o valor presente desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

- e) **Ativos financeiros da concessão:** são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. São classificados como empréstimos e recebíveis.
- f) **Derivativos:** são mensurados pelo valor justo e seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo do tipo de cada designação de *hedge* (se *hedge* de fluxo de caixa ou de valor justo).
- g) **Demais ativos financeiros:** são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e seus valores justos são similares aos seus valores contábeis.

### 31.2.2. Passivos Financeiros - classificados nas seguintes categorias

- a) **Fornecedores:** são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.
- b) **Empréstimos e financiamentos:** são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Nessa classificação de passivo financeiro destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto às instituições financeiras, notadamente no exterior, e aos fundos setoriais, em especial a RGR. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são similares aos seus valores contábeis.

Os financiamentos captados são contratados junto à Controladora da Companhia. Os demais empréstimos são captados a taxas de mercado, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor presente.

A Companhia finalizou o exercício com contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e debêntures, que totalizam R\$ 4.829.825 (2015 - R\$ 5.011.959), e apresentam o equivalente em US\$ (dólar) conforme demonstrado a seguir:

Moeda	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	US\$ (equivalentes)	R\$	%	US\$ (equivalentes)	R\$	%
Dólar Norte-Americano	117.994	456.637	9%	117.994	456.637	9%
Real	1.085.422	4.200.585	87%	1.136.591	4.398.608	87%
Iene	44.599	172.599	4%	44.599	172.599	3%
Euro	1	4	0%	1	4	0%
	<b>1.248.016</b>	<b>4.829.825</b>	<b>100%</b>	<b>1.299.186</b>	<b>5.027.848</b>	<b>100%</b>

- c) **Demais passivos financeiros:** são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e seus valores justos são similares aos seus valores contábeis.

### 31.3. Gestão de Riscos Financeiros

No exercício de suas atividades, a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

### 31.3.1. Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade em suas demonstrações contábeis bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta relevante exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano, proveniente principalmente de contratos de financiamento. Adicionalmente, existem exposições à taxa de juros em Euro e Iene, relativas a contratos de captação externa (nota 17.4).

Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Exposição à moeda estrangeira	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015
<b>Passivos</b>		
Dólar norte-americano	456.637	490.367
Euro	4	5
Iene	172.599	174.886
<b>Total</b>	<b>629.240</b>	<b>665.258</b>
<b>Passivo líquido exposto</b>	<b>629.240</b>	<b>665.258</b>

### 31.3.2. Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa. A Companhia monitora a sua exposição às taxas operadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de análise de sensibilidade desta nota explicativa.

### 31.3.3. Risco de *commodities*

A Companhia celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica a três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na LME, como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

CLIENTE	CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	Data do contrato		Volume em Megawatts Médios (MW)
	Inicial	Final	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007
BHP	01/07/2004	31/12/2024	de 353,08 a 492

Esses contratos incluem o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US\$ 2,773. 21/ton e US\$ 1,450/ton, respectivamente.

A perda apurada na operação com derivativos no exercício é de R\$ 78.930 (2015 – perda de R\$ 42.991) e está apresentada na demonstração do resultado do exercício (nota 27). A posição patrimonial líquida apresentada é ativa em R\$ 44.971 (2015 – posição passiva líquida R\$ 33.958).

### 31.3.4. Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade na realização de seus recebíveis junto a clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A exposição ao risco de crédito da Companhia está demonstrada abaixo:

Ativos (Circulante / Não Circulante)	Saldos em 31 de março de 2016
Caixa e equivalentes de caixa	48.508
Títulos e valores mobiliários	614.707
Clientes	1.205.551
Ativo financeiro-concessão de serviço público	5.384.642
Créditos junto à Ceron	2.049.268
Outros ativos	507.000
<b>Total</b>	<b>9.809.676</b>

**Caixa e equivalentes de caixa:** Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

**Títulos e Valores Mobiliários:** As disponibilidades de caixa são aplicadas em um fundo extramercado, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

**Clientes:** A Companhia, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias.

**Ativo financeiro-concessão de serviço público:** O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

**Indenização de concessões e direito de ressarcimento:** O valor referente às indenizações a receber e do direito de ressarcimento serão quitados pelo Poder Público, deste modo, o risco de crédito associado a esta operação é baixo.

**Créditos junto à Ceron:** Esse créditos foram objetos de dação em pagamento de dividendos à Eletrobras, conforme definido e aprovado em AGE (nota 11).

**Outros ativos:** Os valores transacionados e registrados em outros ativos são, normalmente, de baixa relevância, e quando há expectativa de não recebimento por parte da Companhia, tais valores são provisionados. A partir deste momento a Companhia inicia o processo de renegociação destes valores.

### 31.3.5. Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar eventuais descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as suas necessidades operacionais.

As datas de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas na nota 9. A tabela abaixo mostra os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros a incorrer e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado é obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	Nota	CONTROLADORA			
		31/03/2016			
		ATÉ 1 ANO	DE 1 A 2 ANOS	DE 2 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Mensurados ao Custo Amortizado		<b>1.795.646</b>	<b>771.979</b>	<b>1.482.023</b>	<b>2.666.674</b>
Fornecedores		540.487	164.216	129.311	-
Financiamentos e empréstimos		587.578	465.998	1.203.285	2.348.199
Debêntures		15.583	10.300	41.200	157.682
Folha de pagamento e obrigações estimadas		181.431	7.637	5.495	-
Outros passivos		470.567	123.828	102.732	160.793
Mensurados a valor justo por meio do resultado		<b>188</b>	<b>54.296</b>	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		188	54.296	-	-

PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	Nota	CONTROLADORA			
		31/12/2015			
		ATÉ 1 ANO	DE 1 A 2 ANOS	DE 2 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Mensurados ao Custo Amortizado		<b>1.923.660</b>	<b>1.494.575</b>	<b>1.572.419</b>	<b>2.239.466</b>
Fornecedores		584.532	164.216	168.340	-
Financiamentos e empréstimos		601.457	1.043.046	1.210.203	1.937.450
Debêntures		14.555	10.300	41.200	153.748
Folha de pagamento e obrigações estimadas		245.395	7.637	7.633	-
Outros passivos		477.721	269.376	145.043	148.268
Mensurados a valor justo por meio do resultado		<b>1.748</b>	<b>78.521</b>	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.748	78.521	-	-

	<b>CONSOLIDADO</b>			
	<b>31/03/2016</b>			
	<b>ATÉ 1 ANO</b>	<b>DE 1 A 2 ANOS</b>	<b>DE 2 A 5 ANOS</b>	<b>MAIS DE 5 ANOS</b>
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b> <b>(Circulante / Não Circulante)</b>				
Mensurados ao Custo Amortizado	<b>1.901.961</b>	<b>784.802</b>	<b>1.523.564</b>	<b>2.792.705</b>
Fornecedores	544.338	164.216	129.311	-
Financiamentos e empréstimos	690.042	478.821	1.244.826	2.474.230
Debêntures	15.583	10.300	41.200	157.682
Folha de pagamento e obrigações estimadas	181.431	7.637	5.495	-
Outros passivos	470.567	123.828	102.732	160.793
Mensurados a valor justo por meio do resultado	<b>188</b>	<b>54.296</b>	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	188	54.296	-	-

	<b>CONSOLIDADO</b>			
	<b>31/12/2015</b>			
	<b>ATÉ 1 ANO</b>	<b>DE 1 A 2 ANOS</b>	<b>DE 2 A 5 ANOS</b>	<b>MAIS DE 5 ANOS</b>
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b> <b>(Circulante / Não Circulante)</b>				
Mensurados ao Custo Amortizado	<b>2.022.841</b>	<b>1.507.398</b>	<b>1.613.960</b>	<b>2.365.497</b>
Fornecedores	587.433	164.216	168.340	-
Financiamentos e empréstimos	697.737	1.055.869	1.251.744	2.063.481
Debêntures	14.555	10.300	41.200	153.748
Folha de pagamento e obrigações estimadas	245.395	7.637	7.633	-
Outros passivos	477.721	269.376	145.043	148.268
Mensurados a valor justo por meio do resultado	<b>1.748</b>	<b>78.521</b>	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.748	78.521	-	-

### 31.4. Análise de Sensibilidade dos instrumentos financeiros

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade, utilizou-se como cenário provável para 2016 previsões e/ou estimativas baseadas, fundamentalmente, em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central.

#### 31.4.1. Empréstimos obtidos

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos obtidos que apresentem exposição à taxa de câmbio e índice de preços.



### 31.4.1.1. Depreciação dos índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

#### CONTROLADORA

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 31/03/2016			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo \$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2016	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (-50%)
Dolar(R\$/US\$)	128.308	456.637	4,0000	3,000	2,000	384.925	256.617
IPCA	-	1.892.243	4,54%	0,034	0,023	1.956.674	1.935.197
TJLP	-	1.077.628	7,50%	0,056	0,038	1.138.245	1.118.039
SELIC	-	72.874	13,75%	0,103	0,069	80.389	77.884
EURO(R\$/€)	1	4	4,4642	3,348	2,232	3	2
IENE(R\$/¥)	5.451.642	172.599	0,0334	0,025	0,017	136.564	91.042
<b>TOTAL</b>		<b>3.671.985</b>				<b>3.696.800</b>	<b>3.478.782</b>

#### CONTROLADORA

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2015			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo \$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2016	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (-50%)
Dolar(R\$/US\$)	184.439	490.367	4,2500	3,188	2,125	587.898	391.932
IPCA	-	1.856.353	6,93%	0,052	0,035	1.952.837	1.920.676
TJLP	-	1.228.691	7,00%	0,053	0,035	1.293.197	1.271.695
SELIC	-	72.874	15,25%	0,114	0,076	81.209	78.431
EURO(R\$/€)	2	5	4,7807	3,585	2,390	6	4
IENE(R\$/¥)	7.877.748	174.886	0,0354	0,027	0,018	209.253	139.502
<b>TOTAL</b>		<b>3.823.176</b>				<b>4.124.400</b>	<b>3.802.239</b>

#### CONSOLIDADO

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 31/03/2016			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo \$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2016	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (-50%)
Dolar(R\$/US\$)	128.308	456.637	4,0000	3,000	2,000	384.925	256.617
IPCA	-	1.892.243	4,54%	0,034	0,023	1.956.674	1.935.197
TJLP	-	1.077.628	7,50%	0,056	0,038	1.138.245	1.118.039
SELIC	-	72.874	13,75%	0,103	0,069	80.389	77.884
EURO(R\$/€)	1	4	4,4642	3,348	2,232	3	2
IENE(R\$/¥)	5.451.642	172.599	0,0334	0,025	0,017	136.564	91.042
<b>TOTAL</b>		<b>3.671.985</b>				<b>3.696.800</b>	<b>3.478.782</b>

#### CONSOLIDADO

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2015			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo \$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2016	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (-50%)
Dolar(R\$/US\$)	184.439	490.367	4,2500	3,188	2,125	587.898	391.932
IPCA	-	1.856.353	6,93%	0,052	0,035	1.952.837	1.920.676
TJLP	-	1.228.691	7,00%	0,053	0,035	1.293.197	1.271.695
SELIC	-	72.874	15,25%	0,114	0,076	81.209	78.431
EURO(R\$/€)	2	5	4,7807	3,585	2,390	6	4
IENE(R\$/¥)	7.877.748	174.886	0,0354	0,027	0,018	209.253	139.502
<b>TOTAL</b>		<b>3.823.176</b>				<b>4.124.400</b>	<b>3.802.239</b>



### 31.4.1.2. Apreciação dos índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

#### CONTROLADORA

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 31/03/2016			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo \$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2016	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar(R\$/US\$)	128.308	456.637	4,0000	5,000	6,000	641.542	769.851
IPCA	-	1.892.243	4,54%	0,057	0,068	1.999.628	2.021.105
TJLP	-	1.077.628	7,50%	0,094	0,113	1.178.656	1.198.861
SELIC	-	72.874	13,75%	0,172	0,206	85.399	87.904
EURO(R\$/€)	1	4	4,4642	5,580	6,696	6	7
IENE(R\$/¥)	5.451.642	172.599	0,0334	0,042	0,050	227.606	273.127
<b>TOTAL</b>		<b>3.671.985</b>				<b>4.132.837</b>	<b>4.350.855</b>

#### CONTROLADORA

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2015			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo \$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2016	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar(R\$/US\$)	184.439	490.367	4,2500	5,313	6,375	979.830	1.175.796
IPCA	-	1.856.353	6,93%	0,087	0,104	2.017.160	2.049.321
TJLP	-	1.228.691	7,00%	0,088	0,105	1.336.201	1.357.704
SELIC	-	72.874	15,25%	0,191	0,229	86.766	89.544
EURO(R\$/€)	2	5	4,7810	5,976	7,171	9	11
IENE(R\$/¥)	7.877.748	174.886	0,0350	0,044	0,053	348.754	418.505
<b>TOTAL</b>		<b>3.823.176</b>				<b>4.768.720</b>	<b>5.090.881</b>

#### CONSOLIDADO

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 31/03/2016			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo \$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2016	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar(R\$/US\$)	128.308	456.637	4,0000	5,000	6,000	641.542	769.851
IPCA	-	1.892.243	4,54%	0,057	0,068	1.999.628	2.021.105
TJLP	-	1.077.628	7,50%	0,094	0,113	1.178.656	1.198.861
SELIC	-	72.874	13,75%	0,172	0,206	85.399	87.904
EURO(R\$/€)	1	4	4,4642	5,580	6,696	6	7
IENE(R\$/¥)	5.451.642	172.599	0,0334	0,042	0,050	227.606	273.127
<b>TOTAL</b>		<b>3.671.985</b>				<b>4.132.837</b>	<b>4.350.855</b>

#### CONSOLIDADO

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2015			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo \$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2016	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar(R\$/US\$)	184.439	490.367	4,2500	5,313	6,375	979.830	1.175.796
IPCA	-	1.856.353	6,93%	0,087	0,104	2.017.160	2.049.321
TJLP	-	1.228.691	7,00%	0,088	0,105	1.336.201	1.357.704
SELIC	-	72.874	15,25%	0,191	0,229	86.766	89.544
EURO(R\$/€)	2	5	4,7810	5,976	7,171	9	11
IENE(R\$/¥)	7.877.748	174.886	0,0350	0,044	0,053	348.754	418.505
<b>TOTAL</b>		<b>3.823.176</b>				<b>4.768.720</b>	<b>5.090.881</b>

### 31.4.2. Derivativos embutidos

#### 31.4.2.1. Indexados ao preço do alumínio

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos Albras e BHP, por possuírem cláusula contratual referente ao prêmio por variação do preço do alumínio no mercado internacional (nota 33.3.3).

Desta forma, foi sensibilizada para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido, conforme tabela abaixo. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do alumínio primário na LME, câmbio e CDI. Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

Para o cenário II (redução de 50%) o preço esperado para a tonelada de alumínio ofertada na LME fica abaixo do preço mínimo para aferição de prêmio contratual (US\$ 1.450), logo o valor tende a zero, impactando na marcação a mercado do derivativo embutido.

Quanto à variação obtida entre os cenários III e IV (aumento de 25% e 50%), a grande variação apresentada refere-se à aplicação dos referidos percentuais nos valores de câmbio, preço de alumínio e CDI.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

CONTROLADORA / CONSOLIDADO					
	31/03/2016	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
<b>2016</b>	99.455	-	-	561.303	787.170
<b>2015</b>	46.311	-	-	400.552	603.139

#### 31.4.2.2. Debêntures

Foram realizadas análises de sensibilidade do contrato de debêntures, por possuírem cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da Companhia (nota 9.2).

Na análise a seguir foram considerados cenários para a TJLP com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável as previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório FOCUS, divulgado pelo Banco Central.

Foram realizadas análises de sensibilidade para a curva de pagamento do serviço da dívida contratada com o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), por possuírem cláusula contratual referente à opção de conversibilidade em 50% em ações da companhia na data da efetiva liquidação do papel.

De acordo com o CPC 38, os contratos híbridos que tenham a eles associados elementos voláteis, sejam eles índices de preços e/ou *commodities*, devem ser marcados a mercado. Com isso, as demonstrações financeiras passam a refletir o valor justo da operação em cada data avaliada.

Desta forma, foi sensibilizada para o contrato uma variação sobre a expectativa de realização da TJLP.

Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

<b>CONTROLADORA / CONSOLIDADO</b>					
	<b>31/03/2016</b>	<b>Cenário I (-25%)</b>	<b>Cenário II (-50%)</b>	<b>Cenário III (+25%)</b>	<b>Cenário IV (+50%)</b>
<b>2016</b>	50.484	37.071	46.291	61.427	67.180
<b>2015</b>	80.269	70.981	59.963	87.874	94.045

### 31.5. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a PCLD, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

		<b>CONTROLADORA</b>							
		<b>31/03/2016</b>				<b>31/12/2015</b>			
(Circulante / Não circulante)	Nota	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	Total	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	Total
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>									
<b>Mensurados a valor justo por meio do resultado</b>									
Caixa e equivalentes de caixa	4	48.508	-	-	48.508	51.683	-	-	51.683
Títulos e valores mobiliários	5	614.707	-	-	614.707	1.065.174	-	-	1.065.174
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	99.455	-	99.455	-	46.311	-	46.311
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>									
<b>Mensurados a valor justo por meio do resultado</b>									
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	54.484	-	54.484	-	80.269	-	80.269
		<b>CONSOLIDADO</b>							
		<b>31/03/2016</b>				<b>31/12/2015</b>			
		NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	Total	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	Total
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>									
<b>Mensurados a valor justo por meio do resultado</b>									
Caixa e equivalentes de caixa	4	55.270	-	-	55.270	70.633	-	-	70.633
Títulos e valores mobiliários	5	614.707	-	-	614.707	1.065.174	-	-	1.065.174
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	99.455	-	99.455	-	46.311	-	46.311
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>									
<b>Mensurados a valor justo por meio do resultado</b>									
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	54.484	-	54.484	-	80.269	-	80.269

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado, utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia, é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais da FTSE 100, classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras estimadas na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

## NOTA 32 – EVENTOS SUBSEQUENTES

### 32.1 Alteração da proposta de pagamento de dividendos

Em 29 de abril de 2016, em reunião da Assembleia Geral Ordinária (AGO), os acionistas rejeitaram a proposta de destinação do resultado do exercício referente à retenção da parcela de lucro do exercício, e votaram pela distribuição, na forma de dividendos, de 100% do lucro ajustado nos termos da Lei 6.404/76 no montante de R\$ 80.558.

Os reflexos contábeis dessa decisão foram registrados na data da reunião e aguardam definição quanto à data de pagamento dos dividendos.

### 32.2 – Indenização RBSE

O Ministério de Minas e Energia publicou no dia 22.04.2016, a Portaria nº 120/2016, que soluciona o pagamento às transmissoras de energia elétrica pelos bens reversíveis existentes em 31.05.2000 (denominados Rede Básica Sistemas Existentes – RBSE). São abrangidos pela norma os ativos reversíveis que não estavam depreciados até 31 de dezembro de 2012, quando essas empresas tiveram antecipados os vencimentos de contratos de concessão, nos termos da Lei nº 12.783/13 (de conversão da MP 579/12).

A portaria determina que o pagamento será reconhecido a partir do processo tarifário de 2017, e os valores ainda serão definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, de acordo com os ativos não amortizados. Estes ativos serão remunerados da seguinte forma: (i) pelo custo do capital próprio, real, do segmento de transmissão até o processo tarifário de 2017 e (ii) pelo Custo Médio Ponderado de Capital a partir do referido processo, pelo prazo de oito anos.

Até o presente momento os valores dos ativos da Companhia vinculados à RBSE não foram homologados pela ANEEL.

---

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

---

Os Diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nestas demonstrações financeiras.

Brasília – DF, 11 de maio de 2016.

ANTONIO M. A. BARRA  
Diretor Presidente  
(Em exercício)

ANTONIO M. A. BARRA  
Diretor Econômico-Financeiro

CID ANTUNES HORTA  
Diretor de Planejamento e Engenharia  
(Em exercício)

ASTROGILDO FRAGUGLIA QUENTAL  
Diretor de Gestão Corporativa

WILLAMY MOREIRA FROTA  
Diretor de Operação

---

## SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE

---

HUGO LEONARDO DA SILVA VEDANA  
Contador - CRC-DF-017943/O-1